Tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual comercial e a segurança social*

*Welinton Pereira da Silva***

Apresentação

A pesquisa sobre tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual, coordenada internacionalmente pelo Instituto Internacional de Direitos Humanos da Faculdade de Direito da Universidade De Paul de Chicago, pelo Programa de Direitos Humanos da OEA e pela Comissão Interamericana de Mulheres e o Instituto Interamericano del Niño; e nacionalmente pelo CECRIA - Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes, foi coordenada na região sudeste pelo Pacto São Paulo contra a Violência e a Exploração Sexual de crianças e adolescentes.

Teve início no Estado do Rio de Janeiro em outubro de 2001, com prazo para conclusão em abril de 2002, e no Estado do São Paulo em Setembro de 2001, com prazo para conclusão em Abril de 2002.

No Rio de Janeiro, a Coordenação Estadual coube ao IBISS - Instituto Brasileiro de Inovações em Saúde Social, cabendo à Escola de Direito da Universidade do Grande Rio-Prof. José de Souza Herdy, por meio de convênio entre essas instituições, à formação da Equipe de Pesquisa.

Coube ao Pacto São Paulo contra a Violência e a Exploração Sexual, a coordenação da pesquisa em São Paulo, que convênio de cooperação com a Universidade Metodista do Estado de São Paulo – UMESP, essa instituição forneceu a infra estrutura necessária ao desenvolvimento dos trabalhos.

* Trabalho acadêmico baseado em pesquisa feita na região sudeste do Brasil sobre o tráfico de mulheres e crianças para fins de exploração sexual, coordenado por Welinton Pereira da Silva.

** Participante en el XXI Curso Interdisciplinario en Derechos Humanos. Activista de derechos humanos, representante de Visión Mundial en el Consejo Nacional de los Derechos de la Niñez y los Adolescentes de Brasil.

Em ambos estados partiu-se dos parâmetros teóricos e metodológicos do Projeto Nacional da pesquisa que foi elaborado pelo CECRIA, sendo que ao verificar-se a realidade específica, foram feitas adaptações e foram traçados planos e estratégias de trabalho, sendo que o objetivo de ambas era descrever, predizer e explicar o tráfico de pessoas para fins de exploração sexual.

Considerandos os tipos de informações a serem levantada e os eixos implicados, procurou-se o reconhecimento e o contato com atores diretamente “relacionados” ao fenômeno do tráfico e à exploração sexual, foram priorizados alguns informantes privilegiados, os mesmos foram localizados em secretarias e coordenações de projetos, também identificamos como informantes, responsáveis por setores de documentação e pesquisa e também de movimentos sociais.

Tanto em São Paulo com no Rio de Janeiro a pesquisa alcançou seus objetivos dando visibilidade à questão e fornecendo indicadores e informações que poderão servir à elaboração e/ou reformulação por parte do Estado e da sociedade civil de ações de prevenção e enfrentamento da problemática do tráfico em geral e, de mulheres, crianças e adolescentes em específico.

Considerações Metodológicas

Tendo em vista o período para a realização da pesquisa, fez-se necessário restringir o campo pesquisado às capitais dos estados, no entanto devido a algumas características de algumas regiões e cidades, ampliamos o campo de investigação, em São Paulo, a cidade de Santos por tratar-se de área portuária, e a cidade de Guarulhos, devido à localização do aeroporto Internacional. A restrição à capital do Rio de Janeiro não foi necessário em relação ao Judiciário e Ministério Público Estadual, tendo em vista a centralização das diversas comarcas à um único sistema de informática. Na Justiça Federal, porém, não foi possível o mesmo procedimento, utilizando o envio de ofícios pelo correio para atingirmos às Varas Federais Criminais de todo o Estado.

A pesquisa realizado no Rio de Janeiro conseguiu avançar e obter maiores dados com relação ao levantamento realizado junto às comarcas acerca dos processos judiciais, avançando inclusive na

análise dos processos e tipicações de delitos. Quanto à pesquisa de São Paulo, apesar de avançar muito pouco em relação à pesquisa do judiciário, conseguiu uma boa inserção junto às ONGs, montando um bom levantamento e uma detalhada análise sobre o processo de encobrimento do delito e sobre os desafios que se colocam às possibilidades de implantação de políticas de enfrentamento.

Outra questão que se colocou como relevante é a dificuldade de obter-se dados sobre o fenômeno, trata-se de um objeto de difícil apreensão, foram pesquisadas 39 Organizações governamentais e 50 organizações não-Governamentais, e apenas 14 dessas tinham algum tipo de informação sobre o tema, apesar desse problema, encontrados 9 casos que poderiam ser tipificados como tráfico na região sudeste, com seis desses casos, foi feito estudo de caso, pois foram avaliados como os mais exemplares.

Recorte Espacial da Pesquisa

Antes de prosseguirmos, apresentaremos dados demográficos fornecidos pelo censo de 2000 realizado pelo IBGE, pois acreditamos que são esclarecedores da situação vivida pelo auto grau de ocupação demográfica urbana nas regiões metropolitanas em cidades como São Paulo e Rio de Janeiro:

Tabela - População residente, por situação do domicílio e sexo, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - Brasil - Grandes Regiões

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Total	Homens	Mulheres	Ocupação Urbana		
				Total	Homens	Mulheres
Brasil	169 799 170	83 576 015	86 223 155	137 953 959	86 082 993	71 070 966
Região Sudeste	72 412 411	35 428 091	36 986 320	65 548 194	31 810 179	33 739 015
Minas Gerais	17 891 494	8 851 567	9 039 907	14 671 828	7 144 698	7 528 930
Espírito Santo	3 097 232	1 534 808	1 562 428	2 483 049	1 189 740	1 283 308
Rio de Janeiro	14 391 282	6 900 335	7 490 947	13 821 488	6 803 891	7 217 575
São Paulo	37 032 403	18 139 363	18 893 040	34 582 851	16 861 650	17 731 201

Nesses estados o que chama atenção é o fato de tratar-se do maior centro econômico do país, com alto índice de urbanização, e que reúne condições favoráveis à exploração sexual por meio de tráfico internacional ou também nacional, de caráter inter-estadual.

Trabalha-se também nessa pesquisa com a hipótese de que, devido à sua estrutura privilegiada, as cidades pesquisadas passariam a integrar uma rota que facilitaria o tráfico internacional, sendo via de acesso ao tráfico proveniente de outros estados com destino ao exterior.

A estrutura da cidade de São Paulo, por exemplo, proporciona um alto grau de circulação do turismo, de acordo com pesquisa feita pela Embratur, São Paulo destacou-se em segundo lugar (19,6%) como cidades mais visitadas por turistas estrangeiros no ano de 2000, perdendo apenas para o Rio de Janeiro (34,1). Apesar da colocação pode-se observar que houve uma queda no número de turistas que visitaram São Paulo de 1996 à 2000

Entre os motivos da viagem para São Paulo a maioria dos turistas viajaram para negócios (64,07), seguido de uma porcentagem bem menor de turistas que visitaram São Paulo por turismo (13,71%), a viagem de negócios é conformada também pelo fato da maioria dos turistas em viagem para São Paulo viajarem sozinhos (69,95%).

Devido ao atrativo econômico e ao alto desenvolvimento do turismo de negócios, São Paulo desenvolveu uma sofisticada indústria do sexo, com oferta as mais variadas e estratificadas que atendem aos mais variados seguimentos; nossa preocupação foi explorar este tema da exploração sem impor valores morais e fomos cuidadosos para preservar o direito destes profissionais do sexo.

A cidade do Rio de Janeiro, antiga capital do Brasil, é conhecida mundialmente pelas belezas naturais de paisagens diversificadas, atraindo turistas de vários países e consolidado o mercado do turismo na Cidade, conforme demonstra os dados de 1999 do Departamento de Estudos e Pesquisas Mercadológicas, que apontam a cidade como a primeira entre as mais visitadas no Brasil, com 32,5%.

De incremento cultural e turístico, a cidade é mundialmente conhecida pelo Carnaval, festa popular de belas mulheres, incluindo a “mulata tipo exportação”, expressão criada na década de 60, por

um expert do show business brasileiro, como sensuais representantes do glamour das mulheres brasileiras¹. Sabemos que tais expressões tendem a aguçar o imaginário social, reforçando alguns mitos historicamente construídos em torno da questão de gênero e raça, além de associar as mulheres à uma mercadoria de exportação.

Na economia da região caracteriza-se pela concentração nas atividades secundárias (indústrias) e terciárias (comércio), sendo esta última voltada para a importação e para o capital estrangeiro. O desenvolvimento econômico atual assumiu uma feição particular de um mercado altamente segmentado, reflexo de um processo de globalização e fragmentação, desencadeado em nível nacional.

Em termos habitacionais, depois de São Paulo, o Rio é o Estado que possui um maior número de favelas, o que não significa que seja muito menor o contingente populacional residindo nelas. Em 1991 a quantidade de domicílios nas favelas em São Paulo era de 270.178, enquanto no Rio era de 255.572.

As desigualdades sociais, o crescimento do desemprego, a fragilidade das políticas públicas, a existência de redes de economia clandestina e de organizações criminosas, o incremento da prostituição e o turismo sexual, serão alguns dos aspectos que formarão um contexto favorável para o tráfico com fins de exploração sexual.

Os aspectos culturais e seus reflexos nas desigualdades de gênero, raça, etnia e geração podem enriquecer e determinar a questão social, que tem implicações diretas na questão do tráfico em cada estado e região.

Desta forma, nesse tópico procuremos discutir como que a pesquisa empreendida, possibilitou-nos acrescentar a questão do tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para exploração sexual, sendo um dos fatores determinantes, a questão racial.

Primeiramente, o fato notório que constatamos ao longo da pesquisa, foi a falta de atenção e sensibilidade das instituições e organizações que trabalham, direta ou indiretamente, com a prostituição para o pertencimento étnico-racial tanto das prostitutas, como das crianças e adolescentes em risco ou desaparecidas. A

¹ CEAP, *Tráfico de mulheres é crime! Um sonho, um passaporte, um pesadelo*, Rio de Janeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil, 1995.

conversa com diversas organizações não-governamentais possibilitou o acesso a materiais que poderão nos ajudar a discutir o fator étnico-racial no fenômeno do tráfico. Um dos documentos adquiridos foi um artigo de Sueli Carneiro de 1998: “Eixos articulares da violência de gênero: a dimensão racial”.

Através das diversas entrevistas também pudemos colher depoimentos de pessoas que trabalham com baixo meretrício que destacaram que nesse segmento, no qual é muito comum o envolvimento com drogas das mulheres que se prostituem, é também comum o caráter negro da maioria das prostitutas, caráter esse percebido por Eliade D. dos Santos através do atendimento durante 8 anos as prostitutas na “Associação Mulher-Vida”, pois não há pesquisa nem sistematização dos dados do atendimento na área da prostituição que abarque esse caráter².

Conforme relatado no “Dossiê Suíça” que chegou-nos as mãos por Sônia Maria do Geledés -Instituto da Mulher Negra-, produzido por conta do Seminário Internacional Migrações Internacionais -Contribuições para políticas Brasil 2000 por Maria Jaqueline de Souza Leite do Centro Humanitário de Apoio à Mulher- CHAME, confirma, com casos de mulheres do Nordeste e do Rio de Janeiro enviadas ao exterior e exploradas sexualmente, a maior vulnerabilidade e “procura” de estrangeiros por mulheres negras e mestiças para o turismo sexual. A ligação do turismo sexual com os casos de tráfico internacional ficam claros pelos casos abordados no “Dossiê Suíça” produzido pelo FIZ, instituição suíça de apoio à brasileiras na Europa.

No Brasil, a procura de estrangeiros por tipos “exóticos” faz com que se possa afirmar que as mulheres negras no Brasil -considerando-se como negras mulheres pretas e pardas segundo classificação do IBGE- constituem-se nos grupos mais suscetíveis ao tráfico, pelas condições sócio-econômicas desfavoráveis a que essa população vê-se submetida no Brasil.

Outro fator que pode ser considerado influenciador desse fenômeno é a vulnerabilidade e o estigma de sexualização endereçado à mulher negra no Brasil, tendo as propagandas turísticas do Brasil para o exterior características que só faz disseminar essa imagem do país no exterior.

² Entrevista realizada dia 28/04/02 na cidade de São Bernado do Campo.

Sueli Carneiro em seu texto “Eixos Articulados da violência de gênero: a dimensão racial” atenta para a importância de se considerar o fator étnico-racial na problemática da exploração sexual comercial e do tráfico para esse fim. Retomando o passado histórico do Brasil, com sua experiência de “coisificação” dos negros e das mulheres negras, em particular, que a partir do estupro colonial a que foram submetidas no período colonial que deu origem à nossa cantada mestiçagem, permitiu-se criar e perpetuar estigmas no imaginário social que atualmente legitimam formas particulares de violência vivida por mulheres negras, dentre essas a exploração sexual. Esse fator, segundo a autora, revelam o comportamento clássico do estrangeiros que “chegam procurando por mulheres, mas têm nítidas preferências: garotas jovens, mulatas e negras” (Carneiro, 1998, pág. 1).

Por falta de dados, tivemos dificuldade para verificar se o caráter étnico da exploração sexual verificado em outras regiões do país, se verifica também em São Paulo e no Rio de Janeiro, cidades em que as redes de prostituição são mais articuladas e segmentadas do que em outras regiões. Pelo seu caráter de maior metrópole do país, em São Paulo podemos verificar a diferenciação no que diz respeito a prostituição em níveis alto, médio e de baixo meretrício, como nos explicou Eliade Dias dos Santos da “Associação Mulher-Vida”. Outro fator, já apontado acima é a pouca sensibilização, dos organismos tanto governamentais como não-governamentais que prestam atendimento ou possuem atuação nessa área, a classificação étnica-racial das mulheres, crianças e adolescentes atendidas.

O estudo de caso de São Paulo pode ser considerado um exemplo evidenciador de como o fator étnico-racial pode vir a ser determinante à suscetibilidade ao tráfico. Menina de 18 anos, negra, traficada de São Paulo para Santa Catarina para fins de exploração sexual. No relato da mãe da adolescente podemos verificar, que, além de se tratar de um caso exemplar por possuir todos os estágios caracterizadores de tráfico de pessoas, a própria mãe sinaliza que o fato desta jovem ter sido cooptada e levada à Santa Catarina, foi em parte por tratar-se de um “tipo procurado” devido ao pequeno número de pessoas negras que habitam aquela região. O mesmo motivo pode ser considerado para os casos de tráfico internacional de brasileiras ao exterior que configuram tipos “exóticos”, apreciados pelos homens de países da Europa e Ásia.

Mas, apesar da escassez de dados mensuráveis, não podemos deixar de ater-nos para a questão, pois sabemos que a exploração da

problemática racial no Brasil é importante tanto para buscarmos soluções para o problema da desigualdade sócio-econômica no Brasil quanto para problemas por essa desigualdade ocasionados, como o é a problemática do tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual no país.

Fundamentação teórico-conceitual

Constituindo-se em uma proposta de trabalho articulada e dirigida às mulheres, crianças e adolescentes em situação de tráfico para fins de exploração sexual, esta pesquisa apresenta alguns desafios que precisam ser elucidados, fazendo-se necessário analisar e explicitar, do ponto de vista teórico/metodológico/jurídico, as realidades de naturezas distintas que interagem no estudo do tráfico.

O tráfico de pessoas, facilmente diferenciado de outras formas de tráfico, como o de armas ou drogas, manifesta-se de maneira distinta nas diferentes regiões do mundo, apresentando um fluxo predominantemente internacional, sendo que estudos sobre a temática revelam que esta modalidade de tráfico vem, aos poucos, intensificando-se também no interior destes países.

Existem poucos instrumentos internacionais ou legislações internas que combatam este problema. Devido ao fato de não haver definições universalmente aceitas sobre os diferentes aspectos de tráfico, ou mesmo para a identificação, proteção e reinserção de uma pessoa “traficada”, o tema vem sendo objeto de um intenso debate internacional.

No Brasil, as pesquisas, estudos e Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) realizadas durante a década de 90, permitiram identificar a exploração sexual comercial em suas diferentes expressões (prostituição, pornografia, turismo sexual e tráfico) e sua inter-relação com o tráfico de mulheres e crianças para fins sexuais.

De acordo com Vargas³, o tráfico é considerado como “todos os atos em que se utiliza o recrutamento e/ou transporte de uma mulher, dentro e através de fronteiras nacionais, para trabalhos e serviços, por meio de violência ou ameaça de violência, abuso de autoridade ou posição dominante, cativo por dívida, engano ou outra forma de coação”.

³ Vargas, Y. A. “Tráfico de mujeres para prostitución, trabajo doméstico y matrimonio”, *Informe Regional de América Latina y el Caribe*, Informe Preliminar, Encuentro Regional, República Dominicana, dezembro 1996.

O conceito demonstra-se ainda generalizante e pouco específico para compreender os diferentes aspectos e dimensões que caracterizam o fenômeno. Na definição acima, por exemplo, só ganha destaque o tráfico de mulheres e, ainda assim, em sua variante mais extrema, caracterizada pelo uso de violência, abuso de autoridade e coação. Nesta forma pouco precisa, ele não permite uma descrição mais detalhada das pressões estruturais e das estratégias de ações subjetivas inerentes ao fenômeno.

Outros autores têm procurado centrar o enfoque na categoria migração, marginalizando da discussão o tema “tráfico” e demonstrando o enredamento ativo de mulheres, salientando a sua condição de sujeitos. Este é o caso típico da investigação realizada por pesquisadoras do Institut fuer Frauenforschung, de Frankfurt (FIF), realizada com mulheres asiáticas, latino americanas e do Caribe⁴.

Compreende-se a tentativa destas autoras de retirarem do interdiscurso social, que é marcado por extrema dramatização da diferença, a noção de vítima atribuída às mulheres, que poderiam ser encaradas como destituídas de subjetividade e da capacidade de ação consciente e responsável. Se tal orientação pode ser vista como uma alternativa para a “ideologia da salvação” (*Helperideologie*), sendo, portanto uma opção política, ela deixa, entretanto, lacunas do ponto de vista explicativo e conceitual.

Sob outra perspectiva, a opção política para a preservação do termo “tráfico”, fundamenta-se no argumento de que “excluindo-se o termo tráfico, os homens se convertem em puros consumidores, ocultando-se a sua responsabilidade como prostituintes, clientes e empresários do negócio e se transfere às mulheres o ônus dessa responsabilidade”⁵.

Comparando-as, é possível constatar a extrema variabilidade do conceito, em especial a partir do enfoque e do peso que se atribui aos atores envolvidos. Estas são dificuldades formais, que precisam ser clarificadas e superadas pelo processo de pesquisa, a fim de permitir a construção de uma tipologia capaz de revelar as formas específicas

⁴ Niesner, E.; Anonuevo E.; Aparicio M.; Sonsiengchai-Fenzl P. *Ein Traum vom besseren Leben - Migrantinnenerfahrungen, soziale Unterstuetzung und neue Strategien gegen Frauenhandel*, Leske Budrich, Opladen, 1998.

⁵ Leite, M.J.S. *Tráfico de Mulheres – Exemplo do Brasil*. Salvador/BA, 2000.

do tráfico “voluntário” e involuntário, do mercado de casamentos e de agenciamento doméstico, bem como da migração prostituinte. De todo modo, resta salientar que, mesmo não sendo reduzida ao tráfico, a migração está indissociavelmente a ele amalgamada.

Ambas as formas de mobilidade e de fixação espacial, consolidam-se em Estados nacionais onde predominam políticas de imigração altamente restritivas e excludentes. Nos países receptores, a tônica tem sido a intensificação da luta contra o crime organizado, estratégia que implementada de maneira isolada não consegue contribuir para superar o problema, agravando-o ainda mais ao estigmatizar duplamente as mulheres.

Faz-se necessário compreender que a ilegalidade e a dependência a que estão expostas, independentemente das razões que as levam a esta mobilidade e fixação espacial, só podem ser superadas através da conquista de direitos políticos e sociais autônomos e desvinculados da obediência e subserviência a seus tutores e controladores, não importando que estes sejam seus maridos, gigolôs ou a mão de ferro das “políticas de estrangeiros”.

Mulheres asiáticas, latino-americanas, caribenhas e africanas não seriam traficadas para a Europa se não existisse um mercado que operasse a partir da construção social da subalternidade feminina transcontinental. O exotismo é o elemento mais marcante na caracterização de mulheres do “terceiro mundo” nos países europeus, sendo erotizado e engendrado um culto (instrumental) à diferença, centrado na construção cultural da feminilidade⁶.

A partir desta perspectiva, pode-se afirmar que o tráfico demonstra-se altamente funcional para a produção de ordens simbólicas no que concerne à dominação específica de gênero. Coloca-se, assim, como confirmação de uma masculinidade que contribui para a prevalência, permanência e intensificação do capital simbólico masculino.

Com relação às mulheres brasileiras, o clichê central, fundado em construções igualmente preconceituosas e sexistas, permanece inalterado, mas é articulado por elementos que as diferenciam das asiáticas. Aqui, a subalternidade e a graciosidade são menos destacadas, dando lugar a uma representação da sexualidade (em

⁶ Martin B. “Weiblichkeit als kulturelle Konstruktion”, in: *Das Argument-Zeitschrift fuer Philosophie und Sozialwissenschaften*, 1983.

combinação com a natureza e os ritmos tropicais) enquanto erotismo explosivo. É o clima tropical, ao lado da generosa paisagem, que fornecem o quadro de fundo para a representação da mulher como “picante”, sedutora, mundana e aventureira, enfim como uma “Sexbomb”. Via de regra as mulheres brasileiras são estilizadas como mulatas ou negras, com corpos provocantes e dourados pelo sol, imersas em permanente transe carnal, imagens que são extraídas não só do imaginário carnavalesco ao qual se associa o Brasil, mas também da própria história do colonialismo europeu.

Ao fixar imagens de determinados grupos sociais no imaginário da população, tais formas de representação concorrem também para hierarquizar a sua utilização no mercado de trabalho. Com efeito, a tendência histórica do capitalismo reside justamente no fato dele explorar diferenças específicas (sexo, nacionalidade, construção de “raça”) e transformá-las em coadjuvantes frutíferos para a sua reprodução⁷.

Operacionalmente, a exploração sexual de crianças e adolescentes traduz-se em múltiplas e variadas situações que permitem visualizar as relações nelas imbricadas e as dimensões que as contextualizam. Constituindo-se em uma relação de poder e de sexualidade, que é mercantilizada, visa a obtenção de proveitos por adultos, causando danos bio-psico-sociais aos explorados, que são pessoas em processo de desenvolvimento. Além disso, implica no envolvimento de crianças e adolescentes em práticas sexuais, através do comércio de seus corpos, por meios coercitivos ou persuasivos, o que configura uma transgressão legal e a violação de direitos e liberdades individuais da população infanto-juvenil.

Esta exploração sexual envolvendo crianças e adolescentes tem como objetivo satisfazer a libido dos adultos, no contexto do mercado, onde o adulto paga (de alguma forma) e muitas vezes há terceiros que tiram algum proveito.

Nesta perspectiva, o tráfico de crianças e adolescentes para fins de exploração constitui-se em violência sexual e, portanto, uma violação de direitos que se materializa por ações e mediações dos pais/parentes e/ou pelas redes de comercialização de crianças e adolescentes para fins sexuais.

⁷ Soares do Bem A. “Cultura, política e racismo”, in: *Revista Princípios*, São Paulo, n.º 34, 1994.

As questões relativas à idade, gênero, sexo, etnia/raça, pobreza e violência doméstica, vulnerabilizam as crianças e os adolescentes, tornando-os “presas” fáceis para os aliciadores do mercado da prostituição e do tráfico. De acordo com estudos realizados no Brasil, é possível identificar, tanto na prostituição (rua, garimpos, prostíbulos, agências de modelos, etc), como no turismo sexual, a presença de aliciadores para o tráfico.

Entretanto o “Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes” aponta para a necessidade de mobilização com vistas a mudanças na legislação referente aos crimes sexuais contra crianças e adolescentes e que sejam adotadas medidas coercitivas em relação ao tráfico para fins sexuais e de proteção às vítimas.

Outros aspectos a serem contemplados nesta Pesquisa serão o desenvolvimento turístico, o turismo sexual e o “tráfico”, vistos sob a ótica de elos sistêmicos. De acordo com Prestrello e Dias⁸, “no final deste segundo milênio, nesta conjuntura de crescentes desigualdades sociais entre classes e países, floresce uma forma de tráfico humano envolvendo, principalmente, mulheres pobres e negras do Terceiro Mundo. É o turismo sexual”.

A trajetória do turismo sexual não pode ser abordada fora do processo de desenvolvimento do turismo como um todo. Já na década de 50, Fanon⁹ alertava para o perigo de o “terceiro mundo” vir a transformar-se num bordel para os países industrializados. Para muitos autores que pensam dentro desta tradição, o turismo sexual não se coloca como pura consequência, mas como elemento imanente ao desenvolvimento turístico¹⁰.

Da mesma forma, o tráfico de mulheres e crianças não pode ser desvinculado da análise dos impactos (no caso, negativos) do turismo, atrelando-se inevitavelmente, à trajetória do turismo sexual. Os efeitos da globalização sobre as populações mais pobres e a

⁸ Prestrello, C. e Dias S. *Sexo Turismo: O que a gente não faz para realizar um sonho?*, Coletivo Mulher Vida, 1996.

⁹ Fanon, F. *Die verdammten dieser Erde*, Rowohl Verlag, Reinbeck bei Hamburg, 1969, in versão original francesa: *Les Damnés de la Terre*, François Maspero Editeur, Paris, 1961.

¹⁰ May S. *Tourismus in der Dritten Welt. Vonder Kritik zur Strategie: Das Beispiel Kapverde.*, Campus Verlag, Frankfurt M., 1985.

supremacia do mercado em detrimento da sociedade civil, tem favorecido o desenvolvimento do comércio do tráfico enquanto modelo econômico, paralelo e articulado ao modelo formal do capitalismo global.

Sem dúvida, como salienta Brigitte Young, as políticas neoliberais, que asseguram a lógica econômico-reprodutiva da globalização (concorrência, privatização, desregulação, flexibilidade, distanciamento do Estado, predominância do mercado financeiro, redução de gastos estatais e esfacelamento do sistema de segurança social) produzem efeitos específicos sobre os gêneros, atingindo de modo acentuado as mulheres, quer estejam concentradas nas “Global Cities” ou nas áreas de marginalidade reconfiguradas.

O caráter particular da produção de efeitos específicos sobre os gêneros tem sido sistematicamente silenciado e negligenciado pelo discurso dominante, dando origem ao que O’Neil¹¹ chama de “conceptual silence”, o que tem impedido uma análise aprofundada da relação entre globalização, Estado e gênero.

O discurso hegemônico procura sugerir um desenvolvimento neutro entre os gêneros no processo de globalização, mas o que se evidencia é que nos processos de ajustes estruturais por ele impostos, as relações assimétricas entre os gêneros são reconfiguradas e refuncionalizadas. Todo processo de modernização realizado em moldes capitalistas produz também seus perdedores. As mulheres, crianças e adolescentes provenientes dos antigos e novos espaços de marginalidade, já sendo vítimas de uma relação histórica de exploração pelo mercado, constituem o principal grupo de perdedores na nova geografia do poder que se instaura com a globalização. Sob este aspecto, o tráfico aparece em novos “locais estratégicos”, onde se generaliza a lógica reprodutiva da globalização, que sendo um processo problemático e contraditório¹², só pode realizar-se a partir de uma perspectiva localizada no âmbito do Estado nacional.

Apesar de o transnacionalismo e a desregulamentação reduzirem o papel do Estado no controle de alguns importantes processos

¹¹ O’Neil M. *The Strategic Silence. Gender and Economic Policy*, London, 1994.

¹² Ianni, O. A “Era do Globalismo”, in: Martins de Oliveira, F.A (Org) *Globalização, Regionalização e Nacionalismo*, UNESP, São Paulo, 1998.

econômicos, ele permanece, segundo a importante observação de Sassen¹³, “como o último garantidor dos direitos do capital, seja nacional ou estrangeiro. O Estado continua a representar um papel crucial na produção de legalidade às voltas com novas formas de atividades econômicas”.

Explicitando a interação dos processos econômicos transnacionais com as economias nacionais, explica-se também a existência de “locais estratégicos” cristalizados no espaço nacional, com eixos dinamizadores da lógica reprodutiva da globalização. Estes representam os mercados nacionais que viabilizam força-de-trabalho para os mercados transnacionais.

Tanto nos países desenvolvidos, como naqueles em via de desenvolvimento, esta nova geografia da centralidade e da marginalidade, desencadeada pela globalização para acentuar as desigualdades existentes, origina também o surgimento de novas dinâmicas da desigualdade. Globalizando-se, o capitalismo “tanto abre novas fronteiras de expansão como recria os espaços nos quais já estava presentes”¹⁴, modificando relações, processos e estruturas produtivas, modos de organização do trabalho e de representação.

A despeito do crescente interesse dos governos estaduais pelo desenvolvimento turístico, dos planos e das potencialidades existentes, nas regiões brasileiras (litorais/fronteiras) o turismo continua sendo desenvolvido de modo espontâneo e imediatista, possibilitando a prática do tráfico de mulheres, crianças e adolescentes.

O tráfico para fins de exploração sexual, no contexto da sociedade brasileira, interrelaciona-se não só com o turismo sexual, mas com outras formas mais tradicionais de exploração sexual comercial, como a prostituição em prostíbulos, motéis, estradas e mais modernas como a pornografia na internet, sendo determinado historicamente pela relação de dominação socio-econômica e cultural nas regiões brasileiras.

Os efeitos da globalização (modelo da ALCA) contribui para desestabilização interna dos países dependentes, que se convertem em exportadores de migrantes e, conseqüentemente, de pessoas para

13 Sassen S. *Os espaços da economia global*”, in: Martins de Oliveira, F.A. (Org.), *Globalização...*

14 *Ibíd.*

o tráfico de humanos, sendo que os órgãos governamentais não tem condições de enfrentar o problema sem a colaboração da sociedade civil, sobretudo sem a formação de uma rede internacional entre ONGs e OGs que se dispõem a combater o tráfico. A legislação brasileira deve ser revista de modo a tronar-se mais apropriada ao acompanhamento do problema. As razões do tráfico não devem ser buscadas no tráfico em si, mas sim nas condições sociais derivados do mercado globalizado.

As condições culturais definidas pelo capitalismo, ao identificarem a mulher com uma mercadoria, contribui para o fortalecimento da condição de vulnerabilidade das vítimas do tráfico. No âmbito do tráfico de pessoas está a pobreza e o contexto cultural e as formas de escravidão moderna, dentre elas a escravidão para exploração sexual, consiste na condição de clandestino, com dívidas que devem ser pagas com a mercantilização do próprio corpo. É a fragilidade e a ignorância (o engodo) que propiciam o fortalecimento do encanto de se buscar uma vida melhor no exterior, tornando os indivíduos também vulneráveis ao encanto representado pelos esquemas de tráfico.

A escolha da bibliografia de apoio também teve como critério a possibilidade dessas fornecerem dados relevantes para possíveis estudos de caso e instituições que pudessem auxiliar na pesquisa, além da preocupação com a aquisição de discussões que poderiam acrescentar e enriquecer a abordagem feita pela pesquisa do fenômeno social em questão, as ponderações de Verardo¹⁵, chama a atenção de tornar as meninas cidadãs, pois como prostitutas elas vivem a margem da sociedade e não possuem direito a cidadania, tornando a prostituição não apenas uma profissão, mas um estado de ser no mundo.

Também podemos nos apoiar no trabalho de J. M. Brigagão¹⁶ para reforçar o cuidado para não se incorrer em moralismos e armadilhas do preconceito social que cercam o universo da prostituição, cuja análise pode vir a remeter a conteúdos e significados que circulam no imaginário social criando novos estigmas.

¹⁵ Verardo, M. T.; Reis, M. S. F.; Vieira, R. *Meninas do porto: mito e realidade da prostituição infanto-juvenil*, Nome da Rosa, São Paulo, 1990.

¹⁶ Brigagão, J. "Prostituição no Jardim da Luz: dor e prazer na batalha pela sobrevivência", São Paulo, Tese de doutorado, USP/IP, 1998.

Para se evitar esse problema, a autora propõe articular as instâncias individuais, grupais e coletivas buscando a complementaridade entre elas e não as relações de determinação casual, buscando a pluralidade e movimento nos sentidos dos diversos discursos envolvidos.

A submersão aos parâmetros da prostituição, possibilitaram-nos identificar o grau de complexidade da relação intrínseca entre o âmbito pseudoprofissional da prostituição, que é permeado pela ilegalidade originária do agenciador, e as formas de violação do direito de dispor do próprio corpo com liberdade devido à presença de algum elemento que exerça coação. O encobrimento das implicações dessa relação são, comumente, absorvidos pela estigmatizante abordagem da prostituição como campo profissional.

Com isso, a relação entre prostituição e exploração sexual, a qual difere não apenas pela presença da mediação do agenciador, mas também pela existência de condições objetivas e subjetivas para que o indivíduo que se prostituí possa ter condições efetivas de negociar, com um mínimo de independência, o preço e as regras contratuais da mercadoria que esta comercializando.

Essa relação é desfocada para concepções ideológicas que obliteram a compreensão dos elementos psicossociais que sustentam o envolvimento desses indivíduos também como sujeitos, espoliados de seus direitos e motivados por múltiplas razões sociais, mas, ainda assim, como sujeitos de suas ações. Sendo essa mercadoria o uso provisório de seu corpo, que é disponibilizado como objeto do prazer de outrem, a figura do agenciador reforça a visibilidade da falta de autonomia dessa relação, bem como, a imprecisão conceitual das limitações e abrangências da noção de exploração sexual.

As formas de exploração sexual, estruturadas de acordo com a lógica da sociedade industrial, ao contrário do que pretendem algumas perspectivas meramente ativistas, não se resume à exploração de crianças e adolescentes ou de pessoas totalmente ignorante quanto ao universo de relações com que se envolveu, num sentido muito mais amplo e, ao mesmo tempo, diluído no que esta naturalizado nas relações sociais consideradas corriqueiras, a exploração do sexo abrange a redução da sexualidade a coisa comercializável.

Com este panorama por base, a sensibilidade necessária para distinção das sutilezas que caracterizam a diferenciação entre

liberalização e exploração sexual, justificam tanto a frieza socialmente instituída com relação aos infortúnios que enfrenta quem por escolha ou ingenuidade recaiu no universo da prostituição, e quanto a incoerência de perspectivas que equivocadamente reduzem o problema da exploração sexual a sua forma mais vil, ou seja, aquela em que ao indivíduo implicado não resta outra possibilidade objetiva senão a de objeto da manipulação alheia.

Apesar do empobrecimento espiritual a que todos estamos reduzidos nessa sociedade, sobretudo se considerarmos as atividades de trabalho a que nos submetemos para garantir o sustento imediato e a realização de projetos básicos de vida, não se poderia subtrair toda condição de escolha e implicação subjetiva que empenhamos na relação com os diversos algozes tal como nos é possibilitado pelas relações de produção capitalistas, quanto mais ilícito o campo de atuação, mais vulnerável e suscetível está o sujeito.

De modo similar, também seria erro teórico ou concessão ideológica se, negligenciando a influência dessa mesma lógica que se abate sobre todos nós, julgássemos àqueles que são particularmente explorados no mercado do sexo, aos indivíduos que alimentam a indústria da exploração sexual, como vítimas absolutas, isentas de quaisquer implicações como sujeitos. Esta incursão que acompanha as definições de exploração sexual tem por objetivo delimitar o campo sinuoso em que transcorre a pesquisa sobre tráfico de pessoas para fins de exploração sexual.

Sem que tenhamos claro quais são as principais limitações dessa definição para a correta abordagem da relação entre exploração sexual e exploração geral das atividades de trabalho no capitalismo, torna-se tanto mais difícil quanto arriscado sugerirmos uma interpretação do fenômeno do tráfico de pessoas.

Dentre os riscos citados encontram-se o de generalização da quantidade ínfima de dados frente a demanda monstruosa por resoluções pragmáticas do problema. Similar a este risco, mas, ainda mais diretamente exploradas por pretensões imediatistas, o tratamento midiático dado à prostituição infanto-juvenil, sobretudo por ocasião do caso das meninas escravizadas -campanha encabeçada por Gilberto Dimenstein- concorrem para generalização de algumas características mais estigmatizantes como a pobreza:

Estratégia ideológica que limita os potenciais humanos das pessoas em situação de pobreza, restringe seus destinos. Gera-se a justificativa para políticas compensatórias e pobres: como os pobres são capazes até de vender suas filhas para a prostituição, melhor qualquer coisa (por exemplo, uma bolsa escola ínfima) do que nada¹⁷.

No caso do tráfico de pessoas, a mesma reificação das potencialidades humanas pode servir de escora para a elaboração de explicações ideologicamente comprometidas com a negligência acerca das contradições que acompanham o universo de relações que se estruturam em torno da prostituição e, conseqüentemente, sua estigmatização como sendo totalmente distinta da exploração sexual.

Somente numa perspectiva que contemple a contraditoriedade da noção de tráfico de pessoas para fins de exploração sexual é que poderemos abordar as implicações subjetivas e objetivas deste fenômeno que torna mais óbvia a transformação de pessoas em objetos do comércio sexual. Nesse sentido, nossa pesquisa trouxe à discussão, principalmente, elementos que permitem, não apenas justificar a ocorrência do tráfico de pessoas em especial, em âmbito nacional – mas também, a problematização sobre o modo como a conceitualização jurídica ratifica a violência produzida pelas relações sociais.

A rigidez conceitual, bem como a negligência metodológica com relação à escassez de dados, contribuem para legitimar uma concepção deturpada dos elementos que estão verdadeiramente implicados no fenômeno. Na análise que empreendemos do caso selecionado foi explicitado que o conjunto de elementos psicossociais e o entrelaçamento da condição de sujeito e de objeto tornam o tráfico um fenômeno indiscutivelmente intrincado com a estigmatização da prostituição.

Não se poderia considerar apropriadamente o fenômeno sem antes desvendar os mecanismos pelos quais ele é naturalizado pelas pessoas que o assistem. Seja como meio de evitar o desconforto que sua descrição suscita, sobretudo quando há envolvimento inicial do indivíduo como sujeito, ou seja como meio de justificar o envolvimento instrumental de determinados atores em um processo

¹⁷ Andrade, L. F. “A prostituição infanto-juvenil na mídia”, São Paulo, Tese de doutorado, Puc/SP, 2001, p. 209.

que não reconhecem como tal, ambas situações competem para a incidência de complexos processos de legitimação de um modelo de conceituação do tráfico de pessoas que exclui qualquer possibilidade de pensar sobre os determinantes reais da situação.

No caso dos atores envolvidos, quer sejam aqueles que se apresentam como vítimas ou os que são identificados como vilões, de modo algum se questiona a lógica mercantil que sustenta esse tipo de relação: ideologicamente aponta-se para o indivíduo e mais uma vez se esquece a sociedade que os induz essa condição de vida.

Nessa perspectiva, a caracterização de cada personagem que em momentos específicos corrobora o desenvolvimento do processo é obscurecida pela dinâmica das relações sociais consideradas normais. A caracterização da figura do responsável pelo tráfico é dificultada devido à constituição prévia de uma rede de facilitação que se baseia no suposto consentimento da vítima, no entanto, uma abordagem que toma a pessoa envolvida apenas em seu aspecto de vítima também é limitador e dificulta o entendimento e o enfrentamento real do fenômeno. Cabe reconhecer as dificuldades da abordagem e compreensão do fenômeno e apoiar-se nas possibilidades que seu reconhecimento proporciona, evitando-se tanto o imobilismo como o ativismo desorientado.

Como resultado da investigação junto às organizações governamentais e não-governamentais que atualmente desenvolvem trabalhos interventivos com a população de crianças, adolescentes e mulheres diretamente associados à problemática do tráfico, também verificamos que dentre estas organizações subsistem perspectivas interpretativas distintas e, em alguns casos, contraditórias com relação ao processo que neste trabalho consideramos como expressão do tráfico de pessoas.

Apesar do fato de devermos a indicação do caso exemplar que analisamos a uma organização não governamental que atende casos de pessoas, principalmente, crianças desaparecidas, é notória a falta de sustentação empírica que acompanha a afirmativa popular acerca do tráfico de mulheres. Dentre as entidades não governamentais que pesquisamos a afirmativa de que o tráfico de pessoas é um fenômeno que deve ser combatido geralmente mantinha-se, paralelamente, de forma acrítica ao lado do dado objetivo de que a instituição não possuía nenhum registro de pessoa traficada, no geral, nem mesmo

de algum caso que pudesse despertar a suspeita de que houvesse uma situação encobridora à percepção do fenômeno.

No caso das suspeitas que foram apontadas como possíveis indicadores de tráfico, quando persistimos com a intenção de averiguar a validade da informação, esbarramos na dificuldade óbvia da falta de colaboração ou do mero desconhecimento de informações mais precisas. Uma experiência que nos chamou a atenção pela riqueza que proporcionou com relação à abordagem dos dados foi às entrevistas realizadas com as coordenações dos programas DST/Aids de São Paulo e de Santos. Nestas entrevistas obtivemos informações de que apesar do rigoroso sistema de acompanhamento que empreendem junto às trabalhadoras do sexo – o qual se dá por razões relacionadas ao controle das doenças sexualmente transmissíveis e, portanto são insuspeitas de qualquer pretensão repressiva ou policial que pudesse a priori distorcer a função desses registros não possuíam qualquer dados que apontasse a ocorrência e tráfico de pessoas junto a estas populações.

Como reiteramos no título dado à sessão em que ele é apresentado, este é um caso que também poderia ser apresentado como um pseudotráfico de mulheres, uma vez que se justificariam todas informações como negativas do fenômeno. Neste momento, em que o conjunto do material coletado nos permite visualizar categorias emergentes do próprio material e não apenas o conteúdo pressuposto nos instrumentais de coleta de dados, cabe questionar se os casos apontados pelos informantes, os quais são tidos apenas como condições típicas da prostituição protagonizadas por mulheres vindas de outros Estados, não estariam de fato encobrendo situações de tráfico.

A riqueza que indicamos consiste precisamente no fato desses casos, tal como o caso de Norma que analisamos, não serem um tipo exemplar do que, a partir do senso comum, imaginamos, e, convenientemente, se apregoa como sendo o tráfico de mulheres, ou seja, uma condição em que o indivíduo traficado é mero objeto-mercadoria, isento de qualquer implicação como sujeito.

Por outro lado, a partir de nosso trabalho de pesquisa e análise podemos sustentar que estes são casos exemplares sim, porém acentuam a importância de se observar para além do indivíduo, de modo a atingir o universo de mecanismos que, por freqüentemente

estigmatizarmos a prostituição, desconsideramos como relevantes, e que, de fato constituem algo que numa perspectiva crítica, e não meramente apressada, poderíamos chamar de tráfico de pessoas. Com isso estamos afirmando que estas pessoas, adolescentes ou mulheres adultas estão envolvidas com o fenômeno do tráfico, pois a relação que estabelecem com os agenciadores absorve a pouca autonomia que ainda poderiam ter ao adentrarem o mercado do sexo. Somente na medida em que são tratadas como mercadoria, e por esta razão passam a se sentir como mercadoria, é que de fato estão sendo traficadas.

São traficadas como objeto, mas não podem ser mais uma vez coisificadas por critérios de pesquisas que negligenciem sua implicação como sujeitos. Somente como expressão do preconceito é que esta condição poderia nos eximir de nos mobilizarmos pelas violações de direitos a que estão expostas.

Abordagem jornalística do fenômeno

Observou-se que, apesar de muitos casos de tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual serem relatados nos jornais da região, a maioria deles são referentes a outros estados. Houve mais ocorrência de denúncia de tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para exploração sexual envolvendo outros estados do que casos ocorridos no estado de São Paulo. Nota-se também que os casos referentes ao estado de São Paulo são bastante escassos e, quando retratados, o são de maneira bastante sucinta, apenas como informes.

Nas narrativas de grande parte dos casos de tráfico para fins de exploração sexual maior ênfase era dada a exploração sexual que ao tráfico propriamente dito. Constatou-se que houve a interferência da Polícia Federal ou de algum outro órgão do estatal na maioria dos casos de tráfico para fins de exploração sexual relatados pela imprensa.

Algumas hipóteses que podem ser formuladas são

- Por algumas reportagens pode-se constatar que muitas mulheres e adolescentes tentaram embarcar para o exterior a partir do Aeroporto Internacional de Cumbica, em Guarulhos. Muitas destas não eram residentes no estado de São Paulo, mas vinham

das mais diferentes regiões do país. Por estes aspectos, São Paulo parece se incluir à rota do tráfico, como um dos pontos receptor de pessoas que serão traficadas para fora do país. A condição logística de São Paulo para o tráfico pode também fazer com que ele seja um dos locais privilegiados para o seu combate.

- Pelos levantamentos feitos na imprensa, pode-se também notar que muitas brasileiras tentaram embarcar para o exterior acompanhadas de estrangeiros e com passaportes falsos. Esta particularidade levanta algumas questões: por que passaportes falsos? Para mascarar a idade? O estado civil? O fato de estarem embarcando acompanhadas de um estrangeiro configura, em si, uma ação voluntária ou poderia haver também alguma outra força coercitiva?
- Houve também casos de tráfico de mulheres e adolescentes para exploração sexual no próprio estado de São Paulo, configurando a existência de tráfico interestadual. Exemplificam este fato os casos de adolescentes maranhenses e piauienses que são vendidas em São Paulo e de adolescentes que são trazidas de Goiás para se prostituírem em Hortolândia, no interior de São Paulo.
- A maior parte dos casos encontrados de tráfico de mulheres ao exterior, possui com principal forma de aliciamento a violência social que se materializa nas propostas de empregos bem remunerados no exterior, a possibilidade de viver em um país “de primeiro mundo” como bem ilustra a frase de um representante da OIM – Organização Internacional de Migrações: “A maioria (das mulheres traficadas para o exterior), desinformada e tentando fugir da pobreza, acompanha voluntariamente o traficante ao exterior.” Ou seja, a maioria dos casos encontrados no Estado de São Paulo referem-se à mulheres que foram encontradas tentando embarcar para o exterior à partir do Aeroporto Internacional de Guarulhos, “voluntariamente” dispostas a viverem no exterior sob a promessa de emprego bem remunerado como babás, dançarinas, emprego doméstico e até mesmo proposta de casamentos, ludibriadas quando, na verdade, deveriam trabalhar com a exploração sexual comercial.
- Em 1997, foi lançado pela EMBRATUR o “Disque-Denúncia para o combate à exploração do Turismo Sexual”. Constatou-se que São Paulo lidera a lista de denúncias de casos de abuso sexual de crianças e adolescentes, porém a maioria se referia a abuso doméstico e poucos se referiam ao Turismo Sexual. Esse

resultado para Ana Karina Quental, na época, Coordenadora da Campanha devia-se ao fato de “ o turismo em São Paulo é de negócios, tem alta qualificação e por isso há baixo índice de denúncias de envolvimento com turismo sexual” .

Acreditamos que a interpretação de Ana Quental no que diz respeito a pouca denúncias de turismo sexual, possa ser considerado também para o Tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para exploração sexual: assim como outros Estados há casos de tráfico no Estado de São Paulo, porém eles não possuem a visibilidade que deveria possuir por ser tratar de uma rede articulada com o tipo mais premente de viagem que são características do pólo aglutinador de negócios que o Estado, mais especificadamente, a cidade de São Paulo: as viagens são predominantemente de negócios, nos quais podem muito bem estar incluídos nestes pacotes o Turismo Sexual e o Tráfico. Ou seja, podemos levantar a hipótese de que em São Paulo regula-se uma rede de exploração sexual para fins comerciais ligada a viagens de negócios de executivos estrangeiros ao Brasil, o que pode configurar uma maior dificuldade na interceptação de casos.

Dimensão jurídica

De acordo com o Código Penal Brasileiro, no art.231 entende-se por tráfico de mulheres:

Art. 231 – Promover ou facilitar a entrada no território nacional, de mulher que nele venha exercer a prostituição, ou saída de mulher que vá exercê-la no estrangeiro.

Pena- reclusão , de 3(três) a 8 (oito) anos

§ 1º Se ocorre qualquer das hipótese do § 1º do art. 227¹⁸:

Pena- reclusão, de 4(quatro) a 10 (dez) anos.

§ 2º Se há emprego de violência, grave ameaça ou fraude, a pena é de reclusão, de 5 (cinco) a 12(doze) anos, além da pena correspondente à violência.

§ 3º Se o crime é cometido com o fim de lucro, aplica-se também multa.

¹⁸ ART. 227, § 1º Se a vítima é maior de 14 anos e menor de 18 (dezoito) anos, ou se o agente é seu ascendente, descendente, marido, irmão, tutor ou curador ou pessoa a que esteja confiada para fins de educação, de tratamento ou de guarda: Pena- reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos.

No marco jurídico dogmático, o tipo penal apresenta várias limitações frente ao contorno em que o Tráfico de Mulheres se apresenta na realidade brasileira.

Para os fundamentos da ciência penal, o objeto jurídico protegido pelo tipo é a moralidade pública sexual.

No polo ativo do crime pode constar como sujeito ativo, o homem ou a mulher.

Entretanto, no polo passivo do crime só é possível a mulher como um elemento objetivo normativo de valoração extrajurídico.

Analisando o objeto material do crime, constatamos que mesmo tratando-se de um crime material, visto que a lei faz menção direta à uma conduta e um resultado no tipo, possibilitando o fracionamento da mesma, os atos preparatórios não são alcançados pela inteligência do tipo. Senão vejamos: “O Código atinge o tráfico de mulheres somente na fase do transporte da vítima, não o considerando na fase preparatória do recrutamento¹⁹”.

O elemento subjetivo está restrito no dolo, ou seja, a vontade livre e consciente de praticar qualquer das condutas do tipo penal, diretamente relacionado com o fim de levar a mulher a praticar a prostituição.

Numa relação com as especificidades do tráfico de mulheres, o elemento subjetivo que conduz o tipo, neste caso o dolo, acaba se neutralizando no fato de que na maioria das vezes, as mulheres são levadas para o exterior com promessas de atividades comerciais lícitas ou de fachada.

Em relação ao tráfico cuja vítima é criança e adolescente do sexo feminino, serve o mesmo tipo penal, pois não importa a idade. A pena é diferenciada, todavia, dependendo da vítima ser menor de 14 anos ou menor de 18 anos.

O Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei 8.069/90, pune com sanção administrativa todo e qualquer transporte de criança e adolescente, com inobservâncias de algumas regras (art. 251 comb. c/ artigos 83,84,85). E a Lei n.º 9.975 de 2000, acrescenta ao Estatuto o art. 244-A:

¹⁹ Hungria, Nelson *In* Silva Franco, Alberto e outros. “Código Penal e sua interpretação jurisprudencial”, Editora *Revista dos Tribunais*, 7ed. v. 2, p. 3289.

Art. 244-A – Submeter criança ou adolescente, como tais definidos no caput do art. 2º desta Lei, à prostituição ou à exploração sexual.

Pena- reclusão de quatro a dez anos, e multa

§ 1º Incorrem nas mesmas penas o proprietário, o gerente ou o responsável pelo local em que se verifique a submissão de criança ou adolescente às práticas referidas no caput deste artigo.

§ 2º Constitui efeito obrigatório a cassação da licença de localização e de funcionamento do estabelecimento.

Na análise jurídica do “tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins sexuais”, há que se observar diversos fatores que explicam o fenômeno não só como um simples fato isolado, mas como resultado de um processo, que envolve fatores econômicos, político e social, problemáticas que conseqüentemente fomentam o tráfico, que dia após dia, apresenta-se nas mais diversas modalidades.

O objeto do nosso estudo ateu-se tão somente (não ignorando a existência de tráfico de homens), ao tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual, analisando o aspecto jurídico deste advento, e questões como a ausência de tipo penal na legislação brasileira que caracterize o tráfico interno e, dê conta das lacunas existentes em sua confrontação com a realidade.

Outro fator a analisarmos, diz respeito aos Tratados e Convenções Internacionais e a falta de normatização interna em consonância com o ato de ratificação de tais instrumentos, pois nem todos os documentos internacionais ratificados pelo Brasil são incorporados automaticamente pelo Direito Brasileiro. Não obstante, devemos analisar ainda a espécie de sistema jurídico, responsável pela incorporação das Leis internacionais. O entendimento no Brasil do STF - Supremo Tribunal Federal, é que a norma internacional integra o ordenamento jurídico como infra-constitucional e não como constitucional. Este é um entrave na medida em que se impõe o processamento legislativo, via decreto para a produção dos efeitos interna corporis.

Segundo Antônio Augusto Cançado Trindade²⁰:

[S]e para os tratados internacionais em geral, se tem exigido a intermediação pelo Poder Legislativo de ato com força de lei de

²⁰ Trindade, A. C. *Apud* Piovesan, Flávia. “Direitos humanos e o direito constitucional internacional”, p. 103-104.

modo a outorgar as suas disposições, vigência ou obrigatoriedade no plano do ordenamento jurídico interno, distintamente no caso dos tratados de proteção internacional dos direitos humanos em que o Brasil é parte, os direitos fundamentais neles garantidos, consoante o art. 5º (1) e 5º (2) da Constituição brasileira de 1988, passam a integrar o elenco dos direitos constitucionalmente consagrados e direta e imediatamente exigíveis no plano do ordenamento jurídico interno.

Desta forma, parece-nos que o Direito Brasileiro faz opção por um sistema misto, o qual para os tratados internacionais de direitos humanos aplica-se a incorporação automática, e para os demais tratados internacionais, opera-se a intermediação pelo legislativo para tornar o tratado obrigatório na ordem interna.

As convenções internacionais de proteção aos direitos humanos ratificadas, segundo o que mencionamos acima, deverão então ser transformadas em norma interna, integrando o sistema jurídico de forma imediata, sendo certo que algumas destas normas incorporarão a organicidade interna com status de norma constitucional, tendo força de norma incriminadora, vez que fora legislada pelo órgão competente.

Assim, pretendemos comprova, por tais elementos, que a ausência do tipo penal “tráfico de pessoas para fins sexuais” no nosso ordenamento penal brasileiro, não é uma realidade, uma vez que o Brasil ratificou a Convenção contra a Criminalidade Transnacional e o Protocolo Adicional para a Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas²¹. Uma vez ratificada, produziria seu efeito jurídico interno; apesar de não ser o que verificamos na abordagem do tema tráfico para fins de exploração sexual.

Desta feita, cabe ao Poder Judiciário e demais poderes públicos assegurarem a implementação das normas internacionais de proteção aos direitos humanos ratificadas pelo Estado brasileiro.

²¹ De acordo com o Protocolo Adicional art. 2º bis, alínea a, conceitua-se “por tráfico de pessoas deve entender-se, o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou recolha de pessoas, pela ameaça de recurso à força ou pelo recurso à força ou a outras formas de coação, por rapto, fraude, engano, abuso de autoridade ou de uma situação de vulnerabilidade ou através da oferta ou aceitação de pagamentos ou vantagens para obter consentimento duma pessoa que tenha autoridade sobre uma outra, para fins de exploração”.

Muitas são as questões que fazem com que o tráfico de pessoas para fins de exploração sexual, não seja entendido como tal e descaracterizado sob a justificativa de que as mulheres que saem do país tem consciência do que as espera no exterior, justificando que o consentimento e a sua inserção na prostituição não as fazem vítimas, mas sim co-participantes neste processo. No entanto tal entendimento leva a banalização da questão, favorecendo o crescimento de um comércio lucrativo e de grande circulação de capital e a impunidade das organizações criminosas do sexo, revelando o processo de alienação da própria sociedade e das mulheres envolvidas pelo tráfico.

São dificuldades formais, que precisam ser classificadas e superadas pelo processo da pesquisa, a fim de permitir a construção de uma tipologia capaz de revelar as formas específicas do “tráfico voluntário” e involuntário, do mercado de casamento e de agenciamento doméstico, bem como na migração prostituinte que mesmo não sendo reduzida ao tráfico, a migração está a ele indissociavelmente ligado²².

Desta feita, abstrai-se erroneamente a conclusão de que não existe tráfico de pessoas para fins sexuais, acrescido da inexistência de previsão legal do tráfico dentro do território nacional, fato este que não condiz com a realidade local conforme demonstra as reportagens jornalísticas, entrevistas com organizações não governamentais, Ministério Público Estadual, demais organizações governamentais, e no estudo de caso com uma das Mães de Acari. Nestes casos os tipos penais utilizados são os de favorecimento à prostituição, aliciamento, corrupção de menores, rufianismo, onde verificamos que ocorre o recrutamento, transporte, violência, indução, fraude, engano para exploração sexual, ações que se ocorridas fora do território nacional seria caracterizada como tráfico internacional. O que nos faz recordar ainda do princípio da legalidade, onde, não há crime sem lei anterior que o defina como tal (*nulla poena sine lege*).

Sabemos que a indução à prostituição, contido no dispositivo do art. 227 do CPB, prevê pena mais branda (de 01 a 03 anos), enquanto que o mesmo crime cometido além das fronteiras brasileiras, conforme o tipo descrito no art. 231, prevê pena mais grave e rígida,

²² Leal, Maria Lúcia Pinto. “Construindo os fundamentos teóricos e metodológicos sobre o tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual”, texto mimeo, p.7.

(de 04 a 10 anos, qualificado). Caberia um estudo mais aprofundado a todos os processos na Justiça Estadual com os tipos penais de crimes contra os costumes, o que poderia nos levar à confirmação da incidência do que categorizamos como “tráfico interno”.

Devemos também ponderar sobre a ausência de um tipo penal específico, que vise a tutela de vítimas do tráfico de pessoas, sejam elas mulheres, homens, crianças ou adolescentes, sendo certo que esta previsão não deveria se ater tão somente ao aspecto do tráfico para fins de exploração sexual, mas sim, abordando aspectos como o tráfico de órgãos, de mão de obra escrava e outras formas de exploração. Como já vimos anteriormente, a Convenção de Palermo tornou-se neste sentido, o marco normativo mais recente, em vigor, de onde extrai-se o conceito jurídico internacional de tráfico de pessoas.

Não obstante, temos que equacionar o ordenamento jurídico penal, isto porque a verificação de leis incriminadoras de tráfico onde o objeto é a “droga”, é um instrumento muito utilizado nos dias atuais, notadamente imputada aos traficantes de drogas, onde nos leva a uma indagação: Por que o tráfico de pessoas não tem uma previsão de cunho tão punitivo quanto o tráfico de drogas? Em análise mais acurada, podemos afirmar que vários fatores culminam para a falta de previsão legal deste tipo penal, senão vejamos:

- 1- O Código Penal, que é tido como um verdadeiro compêndio de Leis incriminadoras e reguladoras da ordem jurídica, foi criado em 1940, onde haviam outros valores morais e sociais que norteavam a ordem jurídica daquela ocasião.

Mesmo comum a verificação da prática de prostituição, não o era, ou pelo menos tão evidente, a prática do tráfico de pessoas para fins sexuais, mesmo porque, o Brasil na época não havia o apelo que hoje se tem ao turismo sexual.

- 2- A pessoa não era o centro das atenções, ou seja, o ser humano não estava em foco no que tange a tutela de alguns direitos (pessoais), mas por ocasião do advento do Código Penal, havia uma visão de tutela dos direitos morais do indivíduo, tanto é correta tal afirmação, que nos dias atuais alguns tipos previstos pelo Código Penal caiu em desuso, haja vista a consideração do “top less”, como ultraje público ao pudor, ou a consideração da honestidade da mulher para que lhe fosse tutelado ou não o seu direito.

A lacuna existente entre a lei e a realidade, possibilita “brechas” para a atuação livre destes grupos criminosos, colocando a vítima numa posição passiva de recebedora do direito, porém meramente expectadora, acabando por violar seus direitos humanos ao não garantir uma proteção efetiva. Por outro aspecto, de acordo com Wanderlino Nogueira Neto:

[A]s vítimas desses delitos normalmente acabam sendo revitimizadas, ao se tornarem, algumas vezes, passíveis de deportações violentas, confiscos, clandestinidade, negação de direitos trabalhistas e previdenciários, extorsões e até sujeição a tratamento discriminador e violento por parte do aparelho repressor estatal²³.

Assim a discussão não deve centrar apenas na criação de um novo tipo penal, visto que isto não garantiria a eficácia na aplicação da lei e articulação os poderes públicos no enfrentamento do tráfico de pessoas para fins sexuais.

Não existe uma padronização no tratamento jurídico do problema. Dispomos de um sistema forma, estruturado em três agentes formais: polícia, Ministério Público e Juiz; em que cada agente dispensa uma interpretação diferente. Num segundo plano o sistema não está integrado, trabalhando estes agentes de forma isolada, não complementar, possibilitando um fracionamento do fenômeno criminal, sendo o único momento da conjunção das atuações institucionais é na sentença prolatada pelo Judiciário, onde o juiz julga o que a polícia investigou e o que o Ministério Público propôs na ação penal.

Dados empíricos foram encontrados nos levantamentos feitos na Polícia Federal, eles dão conta de uma investigação em todo território nacional que é denominada Operação Aranha, constam dois inquéritos relativos a São Paulo, porém os mesmo ainda não foram localizados, pois a PF de São Paulo alegou segredo de justiça devido aos processos envolverem pessoas menores de idade.

Com a colaboração do escritório da PF em Brasília-DF, foi possível ter acesso a dois processos de casos que foram levantados em nossa pesquisa jornalística, o primeiro de nº 14112/94 da 3ª Vara federal de São Paulo, relacionado a um português que foi preso no

²³ Nogueira Neto, Wanderlino. “Dimensão jurídico-social: análise hermenêutica da normativa vigente, nacional e internacional e indicativos de ação política”, texto mimeo, p. 4.

aeroporto internacional de Cumbica, acusado de tráfico de mulheres para prostituição em Portugal, não foi possível ter acesso a esse processo devido ao mesmo já ter sido julgado e estar arquivado.

Quanto ao segundo, trata-se do processo nº 2-2673/97, localizado na 6ª Vara Criminal de São Paulo e relacionado a um chinês preso em flagrante pela Polícia Federal, sob a acusação de tráfico internacional de mulheres, a prisão aconteceu no aeroporto de Cumbica, quando tentava embarcar com três mulheres em avião para Hong Kong.

Tivemos acesso aos dados que foram coletados na 1ª. Vara Criminal de Guarulhos, trata-se de Ação Criminal 97.0104597-1 / autuado em 17/09/1997, as irmãs L.V.V. e P.V.V., no requerimento para emissão de passaporte, disseram que eram irmãs gêmeas. Foi verificada uma rasura na identidade de L., que resultou no pedido de sua certidão de nascimento. O oficial percebeu que havia uma diferença de data entre o nascimento das irmãs (gêmeas), de 16 dias, (13/04 e 29/04 de 1978).

A Polícia Federal de Caxias do Sul enviou intimação para que elas comparecessem, mas não encontravam ninguém no endereço de origem do pedido. Tiveram informação de que ali morava um chinês (L.C.M.). A polícia descobriu que sua situação de permanência no país era ilegal.

Após várias tentativas sem sucesso receberam uma denúncia anônima, através do disk denúncia, dizendo que o chinês iria levar meninas menores para prostituição na China.

O Polícia emitiu os passaportes e montou um esquema para estabelecer o flagrante. O chinês havia feito reservas de passagens para São Paulo-Hong Kong e Taipei (Taiwan). Na agência de viagem "Beautifull", no bairro da Liberdade em São Paulo.

O Flagrante foi filmado pelo sistema interno de TV do aeroporto e foi possível ver a entrega das passagens e passaportes para L.C.M., que embarcou na companhia de três mulheres. Na aeronave L.C.M. foi detido, juntamente com L.V.V., P.V.V., E.M., duas caixas de pedras semipreciosas, cristais e uma certidão de casamento em nome de E.M. e I.A.M. Levava pouco dinheiro U\$ 115 e 350 em moeda chinesa.

Após levantamento feito em comarcas do Rio de Janeiro, na busca de indícios que nos possibilitasse caracterizar o “tráfico interno”, visto a inviabilidade de tempo para vista de todos estes processos, sem mencionar a burocracia da justiça, utilizou-se uma amostra intencional ou de seleção racional, onde os elementos são escolhidos de acordo com uma estratégia adequada, a fim de levar à comprovação dessa modalidade de tráfico. Na constituição desta amostra elencamos os 33 nomes de acusados no crime do art. 231 e outros que aparecem nos processos e inquéritos fornecidos pela Justiça Federal e Ministério Público Federal e realizamos uma busca no sistema da Justiça Estadual, o resultado foi que destes, 06 deles figuram como réus em processos diversos na Justiça Estadual.

Ação Governamental (OGs)

As ações na esfera de governo são pouco consistentes e desfocadas, tomemos como exemplo a Delegacia da Mulher que é o local onde são recebidas denúncias de todos os tipos tendo a mulher como vítima, essas denúncias na maioria são de maus tratos. A assessoria das delegacias da mulher faz levantamentos estatístico dos casos, encaminhamento de processos para justiça e acompanhamento dos casos mais relevantes e não localizou nenhum caso de tráfico notificado.

Para a Delegada da Instituição existe uma grande dificuldade de se localizar e caracterizar a ocorrência como tráfico de mulheres para exploração sexual comercial. Segundo ela isso ocorre porque a maioria das mulheres saem do seu local de origem sabendo o que farão, mas acreditando que será temporário, que será possível reunir fortuna e voltar quando desejar.

No caso do tráfico interestadual a dificuldade é maior, pois as mulheres ou meninas saem da sua cidade de origem pôr meios próprios, muitas vezes pôr convites de trabalho, e quando chegam na outra cidade, quando já não sabem como retornar descobrem que o trabalho é outro e, na impossibilidade de retornarem a sua cidade, sentem-se forçadas a ficar submetidas ao processo de exploração.

Segundo a Delegada, o principal antecedente histórico do fenômeno da exploração sexual de mulheres para fins de exploração sexual é a educação, onde as mulheres são educadas para aguardar o

seu príncipe encantado, proveniente nos contos de fada, isso facilita muito a coação dos agentes envolvidos. Para ela o principal fator que motiva e favorece a vulnerabilidade da mulher ao tráfico para fins de exploração sexual é a desigualdade de gênero, pois a mulher ainda é colocada na sociedade em posição inferior, é tratada como objeto criado para encontrar e servir seu príncipe encantado num casamento perfeito e, muitas vezes, vê essa possibilidade nas ofertas de casamento no exterior.

A instituição não possui registros de tráfico de mulheres para fins de exploração sexual. Segundo a Delegada, o tráfico internacional não tem maior evidência no Estado de São Paulo talvez pôr não ser um centro turístico e pelo perfil da mulher Paulista. O tráfico interestadual, segundo ela, existe, mas não se configura como tal, pois as mulheres migram alegando ser pôr livre e espontânea vontade.

Outra iniciativa governamental foi a implantação do Conselho Estadual da Condição Feminina, que por meio de representação paritária, permitiu a participação de ONGs, sendo que o marco importante deste conselho foi a realização do Seminário Nacional “Violência Contra a Mulher: Tráfico de seres humanos” em 22 e 23 de Novembro de 2001, como parte da programação do dia internacional de combate à violência contra a mulher, seus atuais desdobramentos são a implantação de propostas de enfrentamento. O quadro a seguir é um demonstrativo das organizações e instituições que devido às implicações, tem possibilidades potencializar uma rede de enfrentamento à essa modalidade de tráfico.

Eixo	Organizações Governamentais
Promoção	<p>Secretaria Municipal De Desenvolvimento Social Do Rio</p> <p>a. Programa Sentinela</p> <p>Fundação Para A Infância E Adolescência</p> <p>a. S.O.S Criança (Serviço Especializado De Atendimento À Criança E Ao Adolescente Em Situação De Risco)</p> <p>Secretaria De Turismo</p> <p>a. Riotur</p> <p>Universidade Federal Do Rio De Janeiro/Ifes</p> <p>a. Núcleo De Estudos Sobre A Infância</p>
Defesa	<p>Secretarias Estaduais De Segurança Pública</p> <p>a. Delegacias De Polícia Civil E Especializadas (Deams E Dpca)</p> <p>Assembléia Legislativa Do Rio De Janeiro</p> <p>a. Comissão De Direitos Humanos Da Assembléia Legislativa</p> <p>b. Gabinete Deputada Magali Machado (Cpi Exploração Sexual)</p> <p>Câmara De Vereadores Do Rio</p> <p>a. Comissão De Direitos Humanos Da Câmara Municipal Do Rio</p> <p>Corregedoria Geral De Justiça Federal – 2ª Região</p> <p>a. Justiça Federal (1ª Instância- Varas Criminais)</p> <p>b. Departamento De Informática</p> <p>Procuradoria Geral Da República</p> <p>Corregedoria Geral De Justiça Estadual</p> <p>a. Justiça Da Infância E Da Juventude (1ª Vara)</p> <p>b. Ceja (Adoção Internacional)</p> <p>c. Departamento De Organização E Métodos</p> <p>Procuradoria Geral Do Estado Do Rio De Janeiro</p> <p>Guarda Municipal Do Rio</p>
Controle Social	<p>Conselho Municipal Dos Direitos Da Criança E Do Adolescente Do Rj</p> <p>Conselho Estadual Dos Direitos Da Criança E Do Adolescente</p> <p>Conselho Estadual De Direitos Da Mulher</p>

Eixo	Organizações
Promoção	2. Secretarias Municipais De Assistência Social <ol style="list-style-type: none"> a. S.O.S Criança (Serviço Especializado De Atendimento À Criança E Ao Adolescente Em Situação De Risco) b. Serviço À Mulher Marginalizada – SMM c. Geledes – Instituto Da Mulher Negra d. Projeto Camará – Centro De Pesquisa E Apoio À Infância E Adolescência. e. Programa DST/Aids Santos; ASPPE – Associação Santista De Pesquisa, Prevenção E Educação f. Provita g. Núcleo De Estudos Da Violência h. Núcleo De Estudos Da Mulher E Relações Sociais De Gênero - NEMGE i. Ntanela; Espaço Meninas j. C.I.S.M. – Centro De Integração Social Da Mulher Contato k. DST/AIDS São Paulo l. Casa De Cultura Da Mulher Negra De Santos m. Fala Preta! Organização De Mulheres n. ABCD – Associação Brasileira De Busca E Defesa À Criança Desaparecida
Defesa	6. Secretarias Estaduais De Segurança Pública <ol style="list-style-type: none"> a. Delegacias De Polícia Civil b. 1º Delegacia De Defesa Da Mulher c. 1º Delegacia De Defesa Da Mulher d. 1º Del. De Homicídio E Proteção À Pessoa e. Delegacia Especializada De Crimes De Informática f. Polícia Federal SP
Controle Social	7. Conselhos Municipais Dos Direitos Da Criança E Do Adolescente <ol style="list-style-type: none"> a. Comissão De Direitos Humanos b. Conselho Estadual Da Condição Feminina

Ação da Sociedade Civil Organizada (ONGs)

Eixo	Organização Não Governamental Ou Movimento Social	
Promoção	Instituto Brasileiro De Inovações Em Saúde Social – IBISS	
	Childhope Brasil	
	Centro De Estudos Afro-Asiáticos	
	CRIOLA	
	Ex-Cola	
	Fio Da Alma	
	Programa Integrado De Marginalidade	
	ISER	
	Viva Rio	
	Instituto Brasileiro De Análises Sociais E Econômicas - IBASE	
	Cidadania, Pesquisa, Informação E Ação - CEPIA	
	Centro De Documentação E Informação Coisa De Mulher	
	Centro Brasileiro De Defesa Dos Direitos Da Criança E Do Adolescente	
	Centro De Articulação Das Populações Marginalizadas – CEAP	
Defesa	Organização De Direitos Humanos Projeto Legal	
	Centro De Defesa Dom Luciano Mendes/ São Martinho	
	Centro De Defesa De Direitos Humanos De Nova Iguaçu	
	Comissão De Direitos Humanos Da OAB/RJ	
	Fundação Centro De Defesa Dos Direitos Humanos Bento Rubião	
	Associação Brasileira De Proteção À Infância E Adolescência – ABRAPIA/ SOS Criança	
	Controle Social	Fórum Das Profissionais Do Sexo
		Fórum De Enfrentamento Da Exploração Sexual Comercial

Conjuntamente com referências adquiridas junto ao Geledés (Instituto da Mulher Negra), traçamos um panorama provisório das entidades que potencialmente apresentariam relevância.

Dentre as indicações obtidas nesses primeiros contatos, destaca-se a referência ao Serviço à mulher marginalizada (SMM), entidade não governamental localizada no bairro da Luz – São Paulo Capital.

Dentre estas indicações, aprofundamos contato com o Serviço à Mulher Marginalizada que possui abrangência nacional, nesta organização realizamos uma entrevista com Maria do Socorro Nunes da Silva que nos forneceu vários dados, todos ligados à caracterização da entidade, até o momento verifica-se que é única que comprovadamente, desenvolve ações, inclusive seu objetivo geral é construir uma ampla rede nacional e internacional p/ fomentar um debate permanente na busca de uma luta em conjunto contra a exploração sexual comercial de mulheres, crianças e adolescentes brasileiras.

Outra entidade relevante é Associação “Mães da Sé” situada à Rua Pedro Américo, 32, 11º andar, República, que funciona há quase 10 anos e que atualmente possui um registro de aproximadamente 3.000 pessoas desaparecidas, com aproximadamente 500 pessoas encontradas.

A abrangência da atuação das “Mães da Sé” é nacional, a ONG oferece atendimento psicossocial e orientação à família de desaparecidos, ação junto à polícia na busca pelos desaparecidos.

Quando a responsável pela ong foi indagada sobre se tem casos notificados e comprovados de casos de desaparecimento de pessoas para fins de exploração sexual, Clarice Silva, a princípio declarou que não lhe ocorria nenhum caso exemplar no momento. O que disse quando indagada sobre os principais motivos que possuíam de solução dos casos de desaparecimento, a maior parte diz respeito ao envolvimento com drogas, como usuário e para o trabalho no Tráfico. Disputas familiares, pela guarda dos filhos também foi lembrado, com casos de localização de crianças desaparecidas até no exterior.

Com relação a cooptação de pessoas para fins de exploração sexual, que constavam desaparecidas Clarice disse que há, mas não são frequentes e geralmente possuem envolvimento com drogas.

Quando perguntada se poderia notificar-nos desses casos e nos possibilitar um contato com algum desses poucos casos de pessoas traficadas para esse fim, Clarice, num primeiro momento, foi bem enfática ao dizer que não poderia passar informações sobre esses casos, pois a maioria das famílias que tem o seu caso resolvido, com o retorno da pessoa desaparecida, querem distanciamento de qualquer tipo de divulgação de seu caso, e para não serem procuradas chegam até mesmo a mudarem-se de cidade. Sendo assim, o contato só seria efetivado com o consentimento da pessoa.

Clarice, diz também que essas pessoas não querem remexer nesses casos, com medo de represálias, pois são máfias e organizações grandes que se beneficiam do desaparecimento de pessoas, com envolvimento com o narcotráfico e com a exploração sexual.

Desta forma, Clarice admite que parte dos desaparecimentos de pessoas se dá para exploração sexual, mas admite que ela mesma já recebeu ameaças de morte pela sua atuação, e reconhece que as pessoas que passaram por esse processo têm medo de denunciar e se envolver na exploração desses casos.

Cita que há uma organização que funciona para o encremento desses casos, e que vai desde a agência que emite passaporte e documentos falsos, que funcionam impunemente em vários locais da cidade, e envolve várias pessoas que se beneficiam da manipulação dessas pessoas na exploração.

Com relação à quantificação da ocorrência desse fenômeno ela diz que não possui estatística, nem oficial nem da instituição, pois a organização ainda não possui estrutura para a quantificação dos casos, e também não existe estatística oficial de pessoas desaparecidas, o que é um absurdo, pois, segundo Clarice, o governo possui estatística de desaparecimento e roubo de automóveis mas não de pessoas.

Portanto, os números que ilustram seu depoimento de 3000 casos de desaparecimento registrados pela organização com aproximadamente 50 casos resolvidos, são estimados, não passíveis de verificação. A certa altura da conversa, Clarice lembrou-se de uma mãe que teve sua filha levada à Santa Catarina, que segundo ela, foi atraída por proposta de emprego mas que ao chegar lá, se tratava de prostituição.

Essa mãe foi junto com a organização “Mães da Sé” libertá-la e a trouxe de volta para São Paulo. A adolescente, na época com 18 anos, foi reconduzida à família e a mãe, após o término do caso, se colocou à disposição para prestar depoimento a toda e qualquer organização que propõe formas de combate a esse tipo de crime, como a mãe se dispôs a colaborar, não temendo represálias, o contato com essa mãe pela Pestraf foi efetivado por intermédio das “Mães da Sé” e proporcionou o estudo de caso exemplar que consta desse relatório.

Para entender o processo de favorecimento que ocorre em São Paulo, vale apenas analisar alguns relatos de entrevistas, como a realizada com Marquinhos do Projeto Meninos e Meninas de Rua (02.04.02), o mesmo relatou não ter conhecimento sobre casos de tráfico, mas sabe de vários casos de abuso sexual de menores. Atualmente tem conhecimento de um grupo de cerca de 20 meninas menores, na faixa de 12 a 18 anos, que freqüentam um bar onde se prostituem.

“As meninas começaram a aparecer aqui, no Projeto, com roupas sensuais, pintadas, diferentes do que costumavam vestir” (sic). A partir disso começaram a questionar as meninas, “as menores dizem, que foram chamadas para um baile e eu sei que é verdade. Elas não falam que saíram com alguém, mas tem sempre uma amiga que desmente. Elas saem por ninharia” (sic).

Foi descoberto um bar aonde elas vão, tem música, bebida e fica estrategicamente cercado de hotéis. A informação ainda não está muita clara, mas se sabe que há uma facilitação das menores para freqüentarem o bar e os hotéis.

Também se sabe que existe uma casa perto deste local onde há uma senhora que oferece casa e comida e as meninas só precisam pagar a comida. O Bar também é freqüentado por travestis e policiais. A Ong não confia em passar o caso para a polícia, por saber da convivência dos policiais. Preferem passar o caso para companheiros e investigadores desconhecidos nos quais têm confiança.

No período de 1988 a 1994, com essa conduta foi desmanchado um grupo de agenciadores de menores no Rudge Ramos em São Bernardo do Campo. Há um ponto de táxi nesse bairro onde os taxistas, oferecem menores para seus clientes. Muitas das menores que ficavam até tarde na praça da Igreja e os taxistas se ofereciam

para levá-las para casa, eram abusadas e depois começavam a fazer programas agenciados por eles.

Outros dados relevantes apareceram com uma entrevista realizada com Carolina, uma psicóloga que passou 2 anos na Alemanha e trabalhou com brasileiras imigrantes no país. Carolina relatou que na Alemanha teve contato com diversas mulheres que imigraram do Brasil vão para lá, mulheres em sua maioria casadas com Alemães de diversas classes sociais. Dentre essas mulheres apenas 2 eram paulistas e tinham ido para lá em situação muito diferente da maioria, pois eram casadas com um Alemão que morava e trabalhava no Brasil e que retornou para lá, já casado com ela e com uma vida conjugal estável. A outras mulheres eram do Nordeste e do Centro-Oeste do país, que tinham ido para lá com um turista Alemão com promessa de casamento e que na sua maioria realmente haviam se casado com ele.

Essas mulheres em sua maioria não tinham conhecimento da língua e estavam nitidamente em depressão, pois estavam num país desconhecido, com um homem desconhecido, sem existência de diálogo, numa cultura e num clima completamente diferentes, no entanto elas relatavam não desejar voltar para o Brasil, declarando que a situação no país é pior do que lá. Isso pode ser atribuído a garantia de satisfação das necessidades básicas que essas mulheres têm na Alemanha (saúde e alimentação).

Carolina enfoca que não teve contato com mulheres traficadas, ou que se prostituíam. Essas mulheres fazem parte de grupos de mulheres brasileiras residentes na Alemanha, mulheres que se reuniram para conversarem a própria língua, discutirem sobre seus problemas e se unirem para ajudar aquela que decide se separar do marido Alemão, que quase sempre não quer voltar para o Brasil.

Essas mulheres são mulheres que podem sair de casa e que de alguma forma “se viram” para conseguir alguma coisa. É colocado que as brasileiras tem muito “jogo de cintura” e conseguem se comunicar e até mesmo fazer compras, quando permitido, pôr meio de mímicas e dicionários, elas aprendem rapidamente as palavras mais usadas, fazem amizade com os vizinhos e conversam com o marido. Em comparação as Taylandesas que também imigram para o país para se casarem com Alemães, as brasileiras, têm muito mais desenvoltura e conseguem se dar melhor.

Carolina informa que os Alemães são encantados pelas mulheres brasileiras, é nítido o encantamento. Ela atribui isso ao perfil submisso dessas mulheres, muito diferente das Alemãs, que competem de igual para igual com os homens, que têm uma postura masculina. Outro fator são os contornos da mulher brasileira, que são extremamente sexuadas, que para eles, exalam sexualidade pelos poros, o que não acontece com as mulheres Alemã. No entanto, eles só enxergam sexualidade nas brasileiras, em momento algum eles vêem inteligência.

Segundo Carolina as brasileiras vão para a Alemanha pôr causa do grande sonho de encontrar o príncipe encantado e que a família é um grande influenciador dessa situação, pois acredita que a filha que vai para Alemanha é a única que conseguiu ter um futuro melhor, mais promissor.

Carolina coloca que não se aprofundou em nenhum caso e que não pode dizer se essas mulheres são ou não submetidas a exploração sexual comercial, pois esse fator pode estar velado, pôr trás de um casamento “normal”. Como os contatos são sempre em grupo, eles podem não revelar toda a verdade da situação.

Carolina citou um grupo formado pôr brasileiras, fundado pôr uma brasileira mulheres de uma Pastor na Alemanha, que trabalha em busca de melhorar as condições dessas mulheres, principalmente as que se separam do marido Alemão. Esse grupo se reúne para discutir vários casos, para ouvirem palestras de profissionais da saúde, até mesmo psicólogos. A associação chama-se Imbradira (Iniciativa de mulheres contra a discriminação e violência), endereço: Eganstrasse, 17, b. 79106 – Vieiburg, telefone: 0761 202 2319 – 0761 202 2362.

Rede de favorecimento do tráfico
Distribuição das Rotas a Partir do Município e do Estado de
Origem das Pessoas Traficadas

Origem	Destino	Pessoas Traficadas
Rio De Janeiro		
Nova Iguaçu (Baixada Fluminense)	Valença Do Minho/Portugal	Mulheres E Adolescentes
	Zurique/ Suíça	Mulheres E Crianças
Belford Roxo (Baixada Fluminense)	Valença Do Minho/Portugal	Mulheres E Adolescentes
Não Informado	Espanha	Mulheres

Fonte: Processos Justiça Federal

Origem	Destino	Pessoas Traficadas
Rio De Janeiro		
Copacabana	Itália	Mulheres E Adolescentes
	Bélgica	Mulheres E Adolescentes
	EUA	Mulheres
	Barcelona/Espanha	Mulheres E Adolescentes
Pará		
Belém	Suriname	Crianças E Adolescentes

Fonte: Organizações Não Governamentais

**Distribuição das Rotas Internacionais a partir do
Local de Destino das Pessoas Traficadas
Sem Região Definida**

Origem	Destino	Pessoas Traficadas
	Espanha	Mulheres
	Portugal	Mulheres E Adolescentes
	Suíça	Mulheres E Crianças

Fonte: Processos Justiça Federal

Origem	Destino	Pessoas Traficadas
Rio De Janeiro	Alemanha	Mulheres
	Bélgica	Mulheres E Adolescentes
	Espanha	Mulheres E Adolescentes
	EUA	Mulheres
	Holanda	Mulheres
	Israel	Mulheres
	Itália	Mulheres E Adolescentes
	México	Mulheres
	Suriname	Crianças E Adolescentes

Fonte: Organizações Não Governamentais

Distribuição das Rotas Internacionais a partir do Local de Destino das Pessoas Traficadas

Município De Destino	Região De Origem	Município Ou Estado De Origem	Pessoas Traficadas
Suíça			
Thun	Sudeste: 2	Nova Iguaçu (RJ)	Criança
Zurique		Nova Iguaçu (RJ)	Mulheres
Portugal			
Valença Do Minho	Sudeste: 2	Belford Roxo(RJ)	Adolescentes E Mulheres
		Nova Iguaçu (RJ)	
Espanha			
	Sudeste: 1	Belford Roxo(RJ)	Adolescentes E Mulheres
		Nova Iguaçu (RJ)	

Fonte: Processos Justiça Federal

ROTAS -Tipos de Transportes

Rotas De Tráfico Interno (Via Terrestre)				
Rodovia	Origem	Destino	Tipo De Transporte	Pessoas Traficadas
BR 116	São Paulo	Camburiú-SC	Carro	Mulheres
BR 101/BR116	Caxias Do Sul-RS	São Paulo-SP	Ônibus	Adolescentes

Rotas De Tráfico Interno (Via Aérea)				
Aeroportos	Origem	Destino	Tipo De Transporte	Pessoas Traficadas
Guarulhos	São Paulo	Hong Kong.	VASP-Viação Comercial	Adolescentes
Guarulhos	São Paulo	Espanha	Vasp-Viação Comercial	Mulheres

**Estudo de caso exemplar:
A vivência das pessoas traficadas e as peculiaridades e
contradições do tráfico de seres humanos**

Na pesquisa realizada no Rio de Janeiro foram entrevistados cinco sujeitos envolvidos em situações de tráfico tal qual o objeto de nossa pesquisa, a seguir estaremos enfatizando o caso levantado na pesquisa de São Paulo de vido ao mesmo conter elementos mais emblemáticos que ao nosso ver ajudam entender o como o processo ocorre.

Antes de apresentarmos a descrição sumária do caso que nos propomos a analisar, gostaríamos de assinalar que ele possui uma serie de características peculiares que o torna excepcionalmente representativo do processo objetivo de desenvolvimento da pesquisa.

Tal como foram inseridas na discussão ao longo da análise, as considerações acerca dos procedimentos de coleta de dados, bem como a interpretação dos significados e implicações das referências que propiciaram a delimitação do campo analisado, tiveram algumas de suas contradições inevitavelmente explicitadas como resultado da consideração prioritária à complexidade do objeto.

Foi somente a partir da coleta e sistematização de um conjunto de elementos qualitativos -os quais obviamente não representam um montante representativo do fenômeno, mas permite questioná-lo a partir de sua interioridade- que se tornou possível tecermos algumas considerações mais específicas sobre o fenômeno do tráfico de pessoas para fins de exploração sexual, mas, também foi a partir dessa mesma sistematização que se tornou possível refletir sobre as limitações implicadas numa pesquisa dessa índole.

Em nossas considerações compreendemos que esta condição metodológica correspondeu a necessidades suscitadas pelo próprio fenômeno que não é, nem facilmente apreensível por técnicas de pesquisa desamparadas de um aparato político que lhe conceda viabilidade, nem tampouco facilmente classificável por concepções que se limitem às definições jurídicas do tráfico ou a conceituações construídas à priori, definidas por conveniências condicionadas pelo estado atual das relações de poder no cenário da capitalismo globalizado.

De modo geral o estudo de caso que ora apresentamos guarda a especificidade de ser síntese das contradições socioculturais que

acercam o universo da exploração sexual e com ele pretendemos inclusive reafirmar aspectos afetivos relacionados aos vínculos sócio-culturais das pessoas envolvidas

Como nós (pesquisadores) também nos inserimos nesse processo de uma posição exterior aos parâmetros que qualificam as relações estabelecidas no interior da relação entre exploração sexual, aparato jurídico e vulnerabilidade social, facilmente tendemos a recair na lógica reducionista que rege este universo e equivocadamente, centramos nossa atenção em elementos pontuais como a auto-consciência do envolvimento com o campo da prostituição ou em situações limites de escravidão.

Nesta mesma linha classificatória a redução do indivíduo traficado à condição de objeto isento de subjetividade é constantemente ratificada pela pesquisa que o remete e encarcera na condição de vítima.

Assinalados esses primeiros cuidados que permearam a totalidade do processo encerrado pelo estudo de caso, estaremos expondo uma análise que consideramos mais adequado a esta discussão, antes faremos uma breve descrição dos elementos que o compõem.

Pretendemos nos aprofundar no relato do caso de uma jovem mulher negra que sempre morou com a mãe e o irmão, a responsável pelo relato que será analisado é essa mãe, uma mulher que separou-se do marido e educou os filhos sem a ajuda do pai.

Relatado na perspectiva da mãe, esse caso de tráfico aconteceu na periferia de São Paulo, a jovem saiu de casa em uma noite de Sábado para ir a uma lanchonete, lugar que costumava freqüentar na companhia de amigas, chegou a ser vista na lanchonete nesse local porém desapareceu e não retornou para casa.

A mãe aguardou até a Segunda-feira e prestou queixa de desaparecimento, o tempo passou e não surgiu notícia da jovem, essa mãe passou a visitar os locais habitualmente freqüentados pela jovem, porém não obteve sucesso, aparentemente era mais um caso de desaparecimento de uma pessoa adulta, episódio fadado ao esquecimento em que ou ficaria sem solução ou então a qualquer momento a própria jovem iria retornar ou mandar notícias.

Foi o empenho dessa mãe que mudou o desfecho, ela colocou fotos em todos os locais em que a filha costumava freqüentar, e após

dois meses, estava sentada com sua foto na mão no ponto de ônibus em frente à mesma lanchonete onde ela foi vista pela última vez, quando uma outra jovem puxou conversa para avisar que a filha tinha ido para o estado de Santa Catarina com oferta de trabalho.

A pessoa falou que dois homens estavam procurando pessoas para trabalharem em um novo negócio, e que essa amiga que presenciou a transação, não pode ir porquê tinha filhos, falou que era uma região onde havia praia e recusou-se a dar mais detalhes, dizendo ser perigoso, motivada por essas pistas, a mãe continuou visitando esse local a procura outros detalhes.

Após quatro meses de insistência, a mesma pessoa que deu a primeira informação, descobriu e informou à mãe que a jovem teria ido para a cidade de Camburiú-SC, imediatamente a mãe pegou um ônibus e foi para a cidade. Sem ter onde ficar, tomou banho em um posto de gasolina perto da rodoviária e foi para a delegacia pedir ajuda, as informações eram muito escassas e a mãe tinha apenas o apelido de “Alemão”, como o suposto responsável por ter trazido a jovem. Tinha também fotos da mesma e circulou em todos os locais turísticos da cidade, recebeu ajuda dos travestis que apresentaram todos os locais e durante dez dias que ficou na cidade, também recebeu ajuda da pessoa responsável pela limpeza rodoviária, que hospedou-a em sua própria casa.

A mãe relata que foi muita bem atendida pela delegada e pelos investigadores porém sem sucesso, o tal negócio montado pelo “Alemão” era uma boate que já estava fechada e não existia qualquer informação sobre o paradeiro dos envolvidos. Ela voltou para São Paulo e deixou seus dados para contato em caso de surgirem novas informações, ao retornar, continuou pesquisando em vários locais de São Paulo, porém sem sucesso.

Por intermédio de um vendedor ambulante que freqüentava o local onde a jovem foi vista pela última vez, foi informada de uma oficina onde o “Alemão” levou o carro para concertar, e a partir dessa fonte, surgiram boas pistas para elucidar o desaparecimento.

O oferecendo-se para trabalhar em lanchonete, a mãe aproximou-se de um suposto sócio paulista do “Alemão”, que ao informar que já havia desfeito a sociedade desse negócio, informou também que se tratava de prostituição e que havia o risco das jovens, após um certo tempo de permanência naquele circuito, serem vendidas para o exterior e também que as jovens negras eram bastante valorizadas.

Acrescentou que a jovem foi envolvida e levada para o local com a promessa de namoro com “Alemão”, não queria dar maiores informações e ao ser ameaçado de ser entregue à polícia, o ex-sócio informou sobre o local dizendo tratar-se de local ermo em que nem telefone havia.

A mãe foi até o local, Guaramirim-SC, uma pequena cidade localizada entre Joinville-SC e Florianópolis-SC, na Rodoviária de Joinville-SC foi orientada por taxista que conheciam o local porém não se responsabilizaram e comprometeram-se apenas em deixá-la na beira da estrada em local próximo, ela submeteu-se e ao chegar deixou as malas escondidas no mato, aproximou-se e notou tratar-se de uma chácara com aspectos discretos e instalações modestas, foi interpelada pela cozinheira que acolheu-a e após confirmar que a jovem realmente estava lá, foi levada até o quarto onde sua filha estava instalada.

Após muito choro, a mãe foi sendo esclarecida da situação, em nenhum momento a questão da prostituição era mencionada, o local embora bem caracterizado como uma boate, era tratado como uma lanchonete e o “Alemão” apesar de acolher muito bem a mãe, levando para uma festa de aniversário de seu filho, relutou e negou-se a permitir que a jovem saísse de lá com a mãe pois alegava que ela era a gerente da lanchonete, que dependia dela para tocar o negócio, que a jovem era seu braço direito.

Após essa festa de aniversário, a filha ausentou-se e a mãe não teve contato com ela, o “Alemão” levou a mãe até a rodoviária informando que a jovem havia decidido ficar trabalhando com ele. A mãe, com medo de represália, acatou e voltou para São Paulo, ao chegar foi à delegacia e solicitou ajuda porém foi orientada de que havia pouco a fazer a não ser emitir um ofício confirmando o BO de desaparecimento e solicitando esclarecimentos na Delegacia de Guaramirim-SC.

Retornou à cidade em companhia do filho e ao solicitar ajuda na delegacia, notou que o local onde a filha se encontrava já era bem conhecido dos policiais que inclusive tratavam com intimidade o “Alemão”, ao ponto de ligarem e trocarem informações e discutirem a questão em telefonema dentro da delegacia e na presença da mãe.

Tendo como pretexto a necessidade de voltar para dar baixa no BO de desaparecimento que fora emitido em SP, a mãe foi

persistente e mesmo com o silêncio e a pacividade da filha, descobriu novos fatos, entre eles o estado de recolhimento imposto a ela, a jovem não poderia sair de lá pois estava devendo para o “Alemão”, devia pagar com seu trabalho por um aparelho de som e um televisor que estavam instalados em seu quarto.

Além dessas dívidas contraídas, dependia do pessoal para usar telefone, ir para a cidade, ir em uma farmácia, etc. Também notaram alterações e mudanças físicas, pernas e braços mais grossos e rígidos, a própria silhueta do rosto estava diferente, dando sinais de uso de algum medicamentos. Mesmo com a insistência da mãe, a jovem não quis vir e a mãe retornou só para São Paulo mais uma vez.

Nessa mesma semana a filha apareceu em casa disse que estava vindo visitá-los, pois aproveitara para acompanhar a esposa do “Alemão” a qual estava visitando alguns parentes com problemas de saúde. Na ocasião a jovem compareceu à delegacia e deu baixa no BO de desaparecimento, e retornou para Guaramirim-SC, no mesmo dia.

Algumas semanas depois a filha chegou novamente em casa alegando que havia fugindo do local e pego carona com caminhoneiros até chegar em São Paulo. Tem evitado assuntos ligados ao episódio, a mãe relata que a filha está diferente, não integrou-se totalmente ao ambiente da casa, sai pouco de casa e cria situações de briga e conflito tanto com ela mãe, e como com o irmão.

Atualmente casou-se com homem que conheceu na época em estava em Guaramirim-SC e vivem no mesmo quintal da mãe, o assunto da prostituição e do tráfico passou a ser um tabú, porém a mãe nota que a filha tem seqüelas psicológicas que precisariam ser abordadas, porém ela não sabe como fazê-lo.

Análise dos acontecimentos

Norma, uma jovem negra de 20 anos, residente no município de Poá no Estado de São Paulo, desapareceu no dia 24 de março de 2001 de uma lanchonete próxima a sua residência. Sua Mãe, que trabalha como diarista e estuda durante o período da noite, notou sua ausência, mas à princípio imaginou que não se tratasse de nada mais grave; supôs que ela estivesse na casa de algum parente ao amigo, mas com a demora prolongada pelos dois dias seguintes (um

Domingo e uma Segunda feira) o desespero a motivou procurar a filha na cidade e junto a pessoas que eventualmente poderiam ter alguma notícia. Já no decorrer dessa primeira experiência deparou-se com a má qualidade do atendimento policial, que ganhou peso em sua trajetória por não lhe dar segurança quanto a possibilidades legais de reencontrá-la: “Ai eu fui na delegacia, ai a delegacia falou que ela era de maior, não precisava, que ela ia voltar e pronto! Eu ia lá. Eu fui lá seis vezes e nada”.

Não há dúvidas de que o desespero que poderia ter sido atenuado pela prontidão policial ganhou maior vulto frente ao descaso encontrado por esta mãe já em seu primeiro contato com os profissionais que deveriam auxiliá-la. Munida de uma fotografia e do desespero, ela começou a procurar por conta própria. Dirigiu-se para os diversos lugares que imagina poder encontrar alguma notícia de sua filha, mas não obteve êxito, ninguém possuía notícias sobre o caso. Somente após a intervenção de um vereador local que a encaminhou novamente para uma delegacia, o caso foi registrado.

Dona Judite, mãe de Norma, estabeleceu uma rotina de procuras em que após seus estudos noturnos, saía para procurá-la. Numa dessas situações, passado já mais de um mês, ela começou a visitar o bar onde sua filha esteve da última vez em que soube, mas prosseguiu sem obter resultados por aproximadamente mais um mês quando num Sábado encontrou uma garota de quem se aproximou e obteve as primeiras referências sobre o que de fato ocorreu. A situação descrita por ela é extremamente importante para ilustrar uma contradição, que segundo compreendemos, esteve presente em todo o seu depoimento:

Ai tinha dois meses já, ai um dia, um Sábado, eu fui lá no bar e fiquei lá. Não lá no bar, eu fiquei no ponto de ônibus em frente ao bar, com a fotografia da Norma, ai apareceu uma menina, ai a menina sentou perto de mim e falou: “a senhora tá aí também?”. Eu falei não [...] estou aqui para saber se alguém conhece minha filha. Ela falou: “quem é sua filha?”. Então eu mostrei o retrato e ela falou: ‘é a Norma’.

A ênfase dada a esta situação não se deve apenas à dimensionalização da ambigüidade do modo de obtenção das primeiras informações sobre a moça desaparecida, mas circunscreve um lugar, horário e condição específicos que nos permitem questionar a afirmação de dona Judite sobre o não envolvimento de

sua filha com o campo da prostituição, e, desde já, adentrar um dos temas mais polêmicos da definição de tráfico de pessoas. Essa garota, até então desconhecida de dona Judite, informou que Norma havia aceitado um convite para trabalhar em Santa Catarina -por um período de dez dias- numa lanchonete recém aberta. Segundo ela, dois homens brancos, um alemão e o outro com sotaque de guaúcho, também quiseram levá-la, mas como ela tem filhos, a possibilidade foi descartada. Quando inquirida sobre o nome específico do lugar para onde Norma teria sido levada, afirmou não se lembrar, mas se predispôs a tentar descobrir por intermédio de uma outra colega que estava junto na ocasião. Mas, após essa conversa, a garota não voltou. Apenas advertiu que considerava perigoso estar falando sobre esse assunto.

Tanto a descrição da situação em que é abordada pela garota que lhe pergunta se “também está alí”, no bar, quanto o teor da proposta que foi feita a Norma, permitem questionar se, de fato, o engodo requerido pela lei como condição para classificação dos casos de tráfico, quanto a total ignorância acerca dos propósitos dos aliciadores estavam realmente presentes nessa situação. Frente a este contexto levantamos a hipótese de que a uma dupla construção discursiva possível nesse caso: a primeira é a da mãe, que tomada por seu desespero, e frequentemente traída pelas intenções desconhecidas da filha, logo atribui um significado vitimizador, aceitando sem maiores indagações a explicação de que a proposta de trabalho, a despeito de todo contexto obscuro em que se processa, é crível; a segunda construção possível, que aponta a presença da contradição nesse caso particular, mas que também permite questionar a explicação estereotipada de que o tráfico de pessoas se sustenta na ingenuidade absoluta quanto ao universo de relações que está implicado no processo de aliciamento para o tráfico.

A formulação dessa hipótese já no início da apresentação do caso, tal como estamos procedendo, não visa a defesa apressada de conclusões que devem ser averiguadas na totalidade do depoimento e na confrontação com o referencial teórico, mas tão somente conservar a relação entre a dinâmica interna desse caso específico e a cristalização de algumas explicações comumente aceitas a respeito do fenômeno do tráfico de pessoas.

Como vinha sendo descrito com relação à seqüência dos acontecimentos -a qual, por razões metodológicas, não pretendemos

acompanhar de forma linear, mas apresentá-las conforme a relevância suscitada pela argumentação- as informações até então obtidas por dona Judite, só foram ganhando maior consistência após, aproximadamente, quatro meses do desaparecimento de sua filha, quando após uma série de investidas similares em bares e lanchonetes da região, encontrou novamente a garota que havia lhe fornecida as primeiras informações.

Dessa vez, ela complementou dizendo que conseguiu levantar, com a colega que também havia estado na ocasião, o nome da cidade para onde Norma teria sido levada. Segundo ela se tratava de uma cidade de Santa Catarina chamada Camburiú. Com posse dessa informação, dona Judite não se demorou, logo no dia seguinte, após o trabalho viajou para a cidade indicada onde ficou por dez dias na casa de uma funcionária do terminal rodoviário, até então desconhecida, que lhe prestou solidariedade por ter se comovido com seus propósitos.

Além dessa pessoa, ela também contou com a colaboração dos travestis que a orientaram na circulação pelas casas noturnas da região. Assim que chegou em Camburiu, dona Judite, dirigiu-se à delegacia local, mas foi encaminhada para a delegacia da mulher a qual encontrou fechada devido o feriado. Mediante esta situação sua estratégia de procura foi a mesma adota na região em que mora:

Esses dias eu fiquei o dia e a noite toda na rua, lá em Camburiú, nas ruas, nas avenidas, na praia, pra tudo que é lugar, nos hotéis, nos inferninhos, nos embalos da noite. Os que mais me ajudaram foram os travestis, eles me levavam nos lugares onde minha filha podia estar, me ajudaram. Eles foram excelentes, falaram que seu eu não tinha lugar para ficar eles me arrumavam.

Nesta referência ao papel dos travestis prossegue implícita a noção de que, apesar de, no plano do discurso manifesto, ela sustentar a hipótese da vitimização total, havia alguma consciência de que sua filha pudesse estar envolvida com o tipo de atividade que era comum a estes ambientes a que passou a investigar. Mesmo não tendo encontrado informações sólidas sobre sua filha houve duas referências, advindas de casas noturnas, não totalmente explicitadas se tratava-se de casa de prostituição, que indicaram a possível presença de Norma por alí em um momento precedente.

Só dois que disse que provavelmente minha filha esteve lá, mas não estava mais lá.

Em sua estadia em Camburiú, ela não obteve êxito quanto a procura por sua filha, mas pode formular algumas impressões sobre o campo da prostituição na cidade. Soube que naquela região havia, de fato, um grande número de casos de prostituição, inclusive envolvendo o caso de menores. Em seu depoimento deixa entrever a contradição entre a informação de que a cidade seria receptora de meninas traficadas de outras regiões como São Paulo, Norte e Nordeste, e, a experiência que ela obteve, que confirma a prostituição juvenil, mas não a de tráfico, pois as garotas com que conversou eram todas de lá mesmo, daquela região:

Ai eles sempre falavam pra mim que lá é esses negócios de prostituição, que eles levavam meninas de todo o lugar, não só de São Paulo, mas Norte, Nordeste; levavam para lá mesmo. E as meninas que eu conversei com elas eram tudo novinhas, 15, 16 anos e tudo de lá, não eram de fora.

Apesar da declaração de ter encontrado adolescentes envolvidas com a prostituição, a menoridade foi o argumento que mais se destacou em sua relação com as autoridades policiais. Mediante a informação de que se tratava de uma jovem de vinte anos, a declaração usual era a de que não havia muito a fazer. Em sua estadia na cidade de Camburiú, apesar de ter obtido um apoio mais completo da delegacia da mulher que contrastou que suas incursões anteriores, esta condição também se confirmou:

Chegou a Segunda-feira eu fui na delegacia. A delegada excelente, me atendeu maravilhosamente, já falou e perguntou quantos anos a minha filha tinha, eu falei vinte anos. Ela falou: 'bem, a gente não pode fazer muita coisa pela sua filha, mas o que a gente puder fazer eu vou fazer para ajudar a senhora.

O trabalho desempenhado por esta delegacia proporcionou elencar mais algumas informações sobre o processo de busca e sobre a flexibilidade que as rotas de tráfico de pessoas podem assumir. De acordo com as investigações daquela delegacia houve na cidade uma boate, que teria sido a boate do Alemão, mas estava fechada, indicando que ele mudou-se para outro lugar. Segundo as explicações oferecidas pela delegada o Alemão deve ter ido para outro lugar porque estava entrando uma época de baixa temporada de turismo:

Eu tinha levado um monte de fotografia da minha filha, xerox, ela já mandou colocar[...] já chamou os investigadores que estavam

dormindo na delegacia, que tinham trabalhado a noite, acordou eles e mandou atrás do Alemão. Ai foram, mas o Alemão já tinha mudado, a boate do Alemão estava fechada, ela já tinha mudado para outro lugar e eles não deixam endereço, porque entram com um nome e saem com outro.

Sentindo-se mais tranqüilizada com o trabalho acolhedor da delegacia da mulher de Camburiú, dona Judite retornou para sua casa com a garantia de que se sua filha estiver naquela cidade, a equipe de investigadores da delegacia da mulher iria encontrá-la. Nas semanas seguintes manteve contato com a delegada a espera de alguma novidade, mas frustrou-se cada vez mais, pois não obteve resultados positivos. Até que então, movida por seu desespero, imaginou que sua filha estivesse morta.

O atendimento recebido por dona Judite na delegacia da mulher de Camburiú, pela eficiência descontextualizada, também chama a atenção para a morosidade de setores como o DEIC, pois, apesar de ter encomendado uma pesquisa com urgência sobre a possibilidade de sua filha estar viva ou morta, as inúmeras vezes em que recorreu a este serviço para certificar-se dos resultados, não obteve nenhum resultado quanto a sua solicitação, pois em todas as vezes lhe foi afirmado que a pesquisa ainda não estava pronta. Entretanto, na ocasião em que a delegacia da mulher de Camburiú entrou em contato com o posto do DEIC de São Paulo não encontrou entraves à obtenção do resultado da pesquisa. Prontamente foi informada de que não haviam indícios de que Norma estivesse morta.

Apesar da informação de que provavelmente sua filha estava com vida, o fato de não encontrá-la e, nem ao menos obter informações mais consistentes a respeito do caso, motivou dona Judite a prosseguir com sua estratégia de investigação. Ela começou a procurar em todas as delegacias de São Paulo, foi aos Cadeiões, aos presídios femininos mas não teve êxito. Por um período abandonou o roteiro que vinha seguindo a partir da indicação da moça que esteve com sua filha no momento em que ela acompanhou os dois homens para Camburiú, e começou a procurar em todos os lugares que imaginava que pudessem lhe ajudar de alguma forma.

Nessa série de investidas aproximou-se das Mães da Sé, entidade não governamental que é especializada em casos de desaparecimento de crianças e adolescentes principalmente, mas também de adultos. A presença contínua nas manifestações realizadas na Praça da Sé em

São Paulo todos os domingos contribuiu para deixá-la mais calma, primeiro porque, com essa ação, visualizava alguma expectativa -vários órgãos de imprensa costumam dar visibilidade ao sofrimento dessas mães e parentes de desaparecidos-, segundo porque teve contato com pessoas que estavam passando por situações similares.

Mas, por não se conformar com o fato de não reencontrar sua filha após já ter perdido uma outra filha de 24 anos à cerca de um ano, ela retomou suas investigações pessoais. O insight de que mais alguém, além das garotas que já haviam lhe informado inicialmente, poderiam ter alguma informação sobre os homens que teriam levado sua filha a impulsionou para uma nova investida:

Eu falei não é possível, será que esses homens vinham aqui [...] Porque foram três vezes que eles vieram. Será que esses homens vinham aqui de carro, será que eles ficavam de carro e não iam em nenhum lugar. Pra mim, a última vez que eles vieram, eles levaram ela. [...] Porque foi assim que me falaram. A própria menina lá no bar me falou que eles vieram três vezes e levaram outras meninas para trabalhar nisso.

Sua mobilização investigativa a levou a ter conhecimento de uma vendedor ambulante que forneceu novas pistas sobre o desaparecimento de Norma. Porém, seu depoimento é muito obscuro no que se refere a esta passagem, pois, apesar do fato de ter conseguido estabelecer o nexó entre os homens que levaram sua filha e um lugar específico em que concretamente eles eram conhecidos. O rapaz que informa sobre a relação dos aliciadores com o lugar, uma oficina mecânica, aparece, segundo seu relato, casualmente.

Da forma como ela apresenta a situação, sua persistência em que o rapaz revele seu conhecimento acerca do caso permanece injustificado, levando-nos a suspeitar de que alguma informação adicional tenha sido intencionalmente omitida nesse ponto:

Daí eu falei; não, tem coisa errada, não aceito isso, e comecei a investigar eu mesma. Daí um dia eu estava indo para Mogi, eu estava num ponto e apareceu um moço. Ele olhava para mim e eu perguntei, você conheceu uma menina chamada Norma. Ele falou que não. Daí eu perguntei onde você mora e ele falou que era em Ferras. Daí eu falei, eu também; você não conheceu a Norma? Ele falou não. Daí eu perguntei o que ele faz e ele respondeu que vende adesivos de geladeira no lugar onde mora.

Questionando mais detalhadamente o rapaz, o que nos parece pouco justificado se não possuía nenhuma outra referência a seu

respeito, dona Judite pede o endereço do lugar onde trabalha e se propõe a falar com ele no dia seguinte. Neste momento também recorre a uma astúcia que ratifica a desconfiança e a expectativa quanto às informações que este rapaz poderia lhe oferecer. Marca se encontrar com ele no dia seguinte no local em que ele trabalha, mas só foi num outro dia, pois disse que seria certo que ele não estaria lá. Esta série de manejos intencionalmente dirigidos com cuidado investigativo reforça a hipótese de que, por razões que desconhecemos, uma parte significativa da história foi ocultada ou, simplesmente, adaptada a um discurso de mãe militante que tende a enfatizar a condição de vítima da filha para poder suportar o constrangimento que seu mal envolvimento representa.

Segundo ela, o rapaz que vende enfeites de geladeira na ponte perto de sua casa se emocionou ao ver a fotografia de Norma, confessando saber mais sobre o caso:

Ai no dia que eu falei que eu ia, eu não fui, porque era certo que ele não estaria lá. Eu levei uma fotografia da minha filha e mostrei para ele e falei, você conhece essa menina? Ele falou, a senhora sabe [...] e as lágrimas começaram a cair, começou a chorar. Falou, sabe dona eu não conheço mesmo sua filha. Eu falei, minha filha está desaparecida a mais de seis meses, eu já procurei em tudo quanto é lado e não encontro, eu não quero encrencar você, não vou colocar você em confusão, eu só quero que você me dê notícias de minha filha. Daí ele falou: 'Ah, no dia em que ela foi [...] que eu ia mandar outra pessoa, ela estava no carro, eles foram de carro. E o Alemão, eu não sei como é o nome dele, só sei que ele chama Alemão [...]'. Daí eu falei, e você não sabe em que lugar é em Santa Catarina, não? Ai ele falou que não, mas ia ver uma pessoa que trabalhou numa oficina em que o Alemão levava o carro para consertar.

Apesar das lacunas, este trecho ilustra o caráter amadorístico dos atores envolvidos no esquema de tráfico de pessoas que estamos analisando. Muito diferente da padrão apresentado pelos meios de comunicação e por pesquisas que generalizam as situações de aliciamento ou rapto, os elementos constitutivos de caso particular nos possibilitam questionar o grau de organização e o tipo de envolvimento que possibilitam o funcionamento desses esquemas.

A minuciosidade atribuída a cada ator envolvido, a qual tem sempre como modelo o gangster expert em estratégias de crime organizado, pode ser substituída por indivíduos cujo envolvimento se resume a uma atuação precária, de em troca de pequenas quantias

em dinheiro, localizar pessoas que se disponham, sem medir muito as conseqüências, a alimentar a rede da prostituição inter-estadual e, talvez, como sugere um trecho acima citado, internacional.

Desculpando-se por não poder ajudar mais, pois considerava isto uma coisa perigosa, o rapaz (vendedor ambulante) concedeu-lhe o nome de um outro, Felipe, também trabalhador das ruas, neste caso um jovem ainda mais moço que fazia gravações em pulseiras.

A informação que foi dada à dona Judite resume-se ao nome do rapaz que gravava pulseiras, e que havia trabalhado na oficina mecânica habitualmente freqüentada pelo Alemão nas ocasiões de suas estadias em São Paulo, e ao lugar aproximado onde ele poderia ser encontrado – uma passarela localizada no centro da cidade.

A referência de que contribuir com mais informações sobre o caso consiste em uma condição perigosa acrescenta mais obscuridade ao entendimento do modo como dona Judite, de fato, obteve as informações que realmente a levaram ao contato do primeiro rapaz; o que vende enfeites de geladeira e declarou ter visto Norma na noite em que ela acompanhou o Alemão e o outro homem que estava com ele na viagem para Santa Catarina.

Contudo, apesar da inconsistência dos dados acerca dessa passagem específica, pode-se notar delineando um tipo de envolvimento contraditório desses atores em relação ao esquema de tráfico de pessoas, pois ao mesmo tempo em que contribuem com o fornecimento de informações extremamente substanciais, limitam-se a fragmentos incompletos do que supõe-se potencialmente poderiam fornecer.

Além disso, a ênfase dada pela depoente à dimensão de afetividade expressada por este jovem, que deixou as suas lágrimas caírem ao observar a fotografia de Norma, mas ainda assim negou mais uma vez conhecê-la, para, só depois de alguns instantes, revelar uma informação que seria crucial ao andamento do processo de localização Norma.

Tanto a afetividade quanto o envolvimento precário desses atores aponta para uma organização amadorística e pouco ciente dos reais propósitos dos procedimentos implicados.

Na seqüência de suas investigações, dona Judite conseguiu informar-se sobre o lugar onde possivelmente mora o Felipe.

Segundo as informações que obteve, ele mora em uma favela localizada nas redondezas da cidade.

Em posse dessa informação ela adiantou-se a procurá-lo, foi para este lugar na noite do dia em que obteve esta informação, mas não teve muito êxito pois ninguém com quem conversou soube dizer-lhe onde ficava a casa do rapaz.

Sem perder tempo no dia seguinte, logo pela manhã, dona Judite dirigiu-se mais um vez para a favela a procura da casa de um rapaz chamado Felipe que gravava pulseiras na passarela do centro da cidade.

Um episódio ocorrido nesse processo chamou-nos a atenção para o fato de dona Judite experimentar a procura por sua filha como uma investigação meticulosa. Ao se deparar com um homem que assinalou positivamente quanto ao fato de conhecer o Felipe, ela foi evasiva quanto às razões por que estava a procurá-lo, disse que possuía algumas pulseiras que gostaria que ele gravasse. Segundo ela suspeitou que se fosse direto ao assunto correria o risco de que ele não lhe informasse corretamente sobre onde era a casa do rapaz que estava procurando.

Conseguindo chegar à casa do jovem Felipe, dona Judite pergunta-lhe se, de fato, ele havia trabalhado numa oficina mecânica onde era cliente um homem vindo de Santa Catarina e que era conhecido como Alemão. Mediante uma resposta afirmativa, ela o questiona se sabe o nome exato do lugar de onde ele vinha, mas depara-se com uma resposta negativa, a qual foi acrescida de mais um elemento que nos chama a atenção. Felipe declarou também ter sido convidado a trabalhar na “firma” que o Alemão estava montando nessa cidade, mas seus pais não o autorizaram a ir.

Numa conversa com os pais de Felipe, dona Judite consegue o apoio de sua mãe que se dispõe a acompanhá-la até a oficina onde trabalhou Felipe, para esclarecer mais sobre o assunto.

Chegando lá, mais uma vez dona Judite recorre à astúcia como meio de se relacionar e obter mais informações. Diz estar procurando pelo cliente da oficina mecânica vindo de Santa Catarina, o Alemão, que estava montando uma lanchonete e estava recrutando pessoas para trabalhar.

Disse que estava precisando trabalhar e que gostaria de saber onde encontrá-lo. Suas indicações apontaram a ruptura da sociedade

entre o Alemão e o outro homem, que morava nas proximidades. Disse que o Jorge, ex-sócio do Alemão, havia desfeito a sociedade porque foi roubado pelo companheiro. De qualquer modo, mediante a insistência de dona Judite de que gostaria de encontrá-lo para verificar se ele não teria como ajudá-la a conseguir um emprego, mesmo que em outro lugar, mas voltado ao ramo de lanchonetes, o dono da oficina indicou-lhe como chegar a casa de Jorge.

Com mais alguma indicação, que não pudemos precisar a fonte, dona Judite chegou a caso do Jorge:

[...]daí fui bater na casa desse homem eram umas duas e meia, atendeu uma mocinha. Eu queria falar com o Senhor se ele está precisando de alguém para trabalhar. Daí ela falou: é o Jorge, mas ele não tem sociedade mais não. Daí eu falei: ele está aí, chama ele para mim. Aí ele veio. Um homem todo rasgado, falando oi tudo bem, boa tarde. Eu falei: Seu Jorge, aquele homem que trabalha, lá para o Sr. em Santa Catarina não está precisando de cozinheira não? Daí ele falou: ele não está mais não, aquele sem vergonha me roubou. Pôs o homem lá em baixo e perguntou: A senhora queria trabalhar lá. Eu falei: queria. Ele falou: olha para ir lá tem que saber o lugar mesmo, porque eu não sei nem o lugar, só sei que é um lugar que se chama Guaramirim, chegando em Florianópolis. Daí eu falei para ele: como que vai lá. Daí ele ficou assim [...] daí eu falei: sabe o que é Seu Jorge, eu estou atrás da minha filha, dessa menina (mostrei o retrato), faz sete meses que ela sumiu, vai fazer oito meses que eu estou atrás dela, não é só eu, é a policia, tem foto dela até no estrangeiro, na internet, que eu coloquei e a policia colocou e a minha filha sumiu faz sete meses e nenhum telefonema e o Sr. sabe [...] Daí ele falou: ah. é a Norminha. Eu falei: então o sr. Conhece. Onde está minha filha? O sr. vai falar onde ela está pra mim ir lá ou eu vou chamar a policia, eu já estou na policia mesmo. Ele falou: não pelo amor de Deus, eu não tenho nada com isso. Não sou eu, é o Alemão. Mas o Sr. foi lá. Eu fui, porque eu emprestei o dinheiro para o Alemão abrir o negócio, uma lanchonete, mas quando eu cheguei lá era um boate de prostituição, daí eu deixei para lá, ele levou até meu carro. A senhora não vai me levar na delegacia.

Esta astúcia particular com que dona Judite atua neste caso específico talvez pareça apontar um certo excesso de zelo, mas, na medida em que foi adotada como estratégia em varias outras ocasiões, assinala a relação entre a experiência fantasiada de uma mãe desesperada, que constrói para si a história que melhor comporta seus sentimentos de angústia e expectativas de resolução

do problema, e de toda uma ordem de fatores que delimitam a caracterização oficial do fenômeno a partir de informações muitas vezes imprecisas e muito precariamente articuladas com análises detalhadas de casos.

Nos resultados divulgados por órgãos de imprensa verifica-se que a escassez de dados qualitativos concorre para generalização de relatos bastante subjetivos, os quais, obviamente, são incomensuravelmente importantes para definição do fenômeno, mas também podem servir à formulação de conclusões inadequadas sobre a abrangência de determinadas implicações vividas de maneira singular por cada um dos pólos envolvidos, seja pelo sujeito traficado ou pelos familiares, como é caso desse depoimento; ou ainda pelos próprios atores envolvidos na rede de relações que dá sustentação à manutenção dessa forma de comercialização do sexo.

Como suscitado pelos dados dessa análise, entendemos que é somente pela confrontação entre dados qualitativos detalhados, o universo numérico e o conjunto das concepções correntes sobre o tráfico de pessoas que poderemos construir uma definição que não se limite ao pragmatismo jurídico ou a militância de alguns movimentos sociais.

Seguindo a linha de depoimento de Dona Judite, entramos em uma outra seqüência de situações em que a ambigüidade até então apresentada como precariedade ganha também a forma de descomprometimento e naturalidade, pois ao mesmo tempo em que as múltiplas referências parecem indicar um conhecimento implícito dos elementos que estão em questão -a ilegalidade e a iminência de violação de direitos-, o tratamento usual do problema apresenta-se adaptado à lógica cruel das relações de troca.

Subentende-se que devido o comércio do sexo ser uma atividade fundamentalmente ilícita, o envolvimento que ela implica neutraliza completamente a condição de vítima que em algumas circunstâncias poderia definir as possibilidades de negociação do sujeito envolvido, ou seja, sua redução à condição de objeto comercializável.

Mas retornemos ao depoimento, pois na medida em que os dados forem sendo complementados estas hipóteses poderão ser melhor formuladas. Conforme o depoimento já havia assinalado, as indicações seguidas por dona Judite finalmente a levou a ter a uma possibilidade mais concreta de reencontrar sua filha.

O contato com Jorge acrescenta uma série de elementos que esclarecem o tipo de trabalho para o qual a Norma foi cooptada.

Obviamente os elementos restritivos dessa entrevista não poderão responder todas as perguntas que a análise da entrevista suscitar, mas isto não deve inibir-nos quanto à possibilidade de formulá-las. Neste caso, o envolvimento de Jorge com o aliciamento de mulheres para o campo da prostituição aparece como mais um dado obscuro. Na medida em que ela afirma reconhecer a fotografia de Norma, ele também se isenta da responsabilidade por ter participado do processo que a remeteu a condição em que se encontra.

Ele simplesmente reduz a problemático à noção de engodo, da qual, segundo sua argumentação, ele mesmo seria vítima. Responsabilizando o ex-parceiro Alemão, Jorge contabiliza seu prejuízo, mas não se constrange pelo fato de ter contribuído para encaminhar Norma para esta finalidade. Como ele mesmo acentua, se dona Judite tem a intenção de rever a filha deve ser breve, pois na condição em que se encontra pode ser vendida para fora do país.

Se os atores anteriormente envolvidos apresentavam contradições nítidas quanto ao manejo da afetividade implicado no processo, Jorge aponta uma posição distinta, trata o assunto com muita naturalidade, sentindo-se absolutamente desresponsabilizado por ter participado do processo:

Daí ele falou, se eu fosse a senhora, eu ia hoje. Eu falei: porque, o senhor vai ligar para ele. Ele falou: não, lá não tem nem telefone, é no meio do mato. Eu falei: não, não vou hoje não, vou só no fim de semana, porque não tenho dinheiro. Ele falou: olha, se eu fosse a senhora eu ia o mais rápido possível, porque talvez a Norma nem tá lá mais. Porque lá eles vendem as meninas, quando estão enjoados daquela menina vai vendendo para outros, até que sai para fora do país [...] Ele falou que vão vendendo um para o outro, o senhor sabe que lá a cor morena tem valor, porque lá só tem branco, só tem loiro.

Neste trecho fica explicitado o modo como Jorge lida com a possibilidade de Norma ter sido vendida para outras casas de prostituição. Apesar de insistir que dona Judite vá o quanto antes pois pode não encontrá-la, esta aparente preocupação não diminui o teor do distanciamento que ele apresenta com relação ao caso.

Enquanto nem ao menos se reconhece como parte ativa do processo, Jorge colabora para deturpação do entendimento acerca

das implicações do esquema de tráfico. Ao se ancorar no engodo ele consegue neutralizar, não apenas a condição de sujeito de Norma, mas principalmente a sua própria.

Em sentido distinto, mas inteiramente complementar à análise que estamos empreendendo, a descrição que dona Judite apresenta com relação às condições materiais de Jorge, bem como, a referência que ele faz ao fato de o lugar onde Norma provavelmente se encontra não ter nem telefone, pois esta localizado no meio do mato, reforça mais uma vez a falta de infra-estrutura do esquema.

Este dado, certamente muito significativo com relação aos métodos que poderiam estar sendo utilizados para o aliciamento de mulheres e moças, aponta uma outra possibilidade, que merece ser destacada. Trata-se do fato de Jorge ter apontado um possível interesse afetivo do alemão por Norma. Com esta indicação mais uma vez se isentou de sua responsabilidade, e, também, apontou a relevância do uso de estratégias afetivas como meio de sedução.

É claro que não podemos tomar esta hipótese por verdadeira sem considerarmos que para se livrar da responsabilização jurídica, ele lançou mão de todos os recursos que possuía no momento. Mas também devemos considerar que, tal como poderemos verificar em outros trechos da entrevistas, a recorrência a fatores subjetivos muitas vezes substituí formas explícitas de engodo e coerção.

O indivíduo traficado pode ser mais ou menos esclarecido sobre o campo de relação em que está se inserindo, mas nem todas as condições da relação lhe são apresentadas. Com isso, o controle subjetivo se legitima como um suporte que preenche as lacunas deixadas pela proposta possivelmente incompleta:

Daí eu falei para ele: tudo bem. Agradei a ele e ele falou para mim não ir na delegacia e eu falei, tudo bem, pode ficar, eu não vou. O homem tem quatro filhos, eu falei para ele: o senhor foi cair numa dessa seu Jorge. O senhor com filho, já pensou o senhor sentir na pele amanhã acontecer uma coisa dessa com seu filho. Ele falou: não, mas é coisa do Alemão, o Alemão levou a Norma. A Norma foi com o Alemão. Falando que queria ficar com ela, namorar com ela e levou.

Apesar de ter dito ao Jorge que não viajaria com muita urgência porque não tinha os recursos necessários disponíveis, dona Judite conseguiu embarcar com sentido a Joinvile no mesmo dia. Chegando

lá pela madrugada do dia seguinte tomou outro ônibus que a levou a até a cidade indicada, mas se surpreendeu ao chegar, pois encontrou a cidade totalmente deserta, segundo relatou, não via ninguém por ali.

Aguardou em frente a uma delegacia até 9:30 Hs e, só depois disso, pode perceber que havia um recado dizendo que aquela delegacia estava abandonada. Frente a esta situação recorreu a um taxista com quem se informou se sabia algo a respeito do lugar que estava procurando.

Tal como é frequentemente assinalado pelo material teórico que trata do assunto, esta situação constituiu-se num exemplo paradigmático do papel da rede de favorecimento ao tráfico de pessoas. O taxista sabia exatamente onde era o lugar mas não quis se envolver, levou-a até lá mas não quis esperar para ver qual seria o resultado, voltou imediatamente.

Daí eu perguntei para o homem do taxi, ai ele falou assim: eu sei onde é, só que a senhora tinha que ter decido lá, é na beira da estrada, agora a senhora vai ter que voltar. [...] Entrei no táxi e fui, cheguei lá umas onze horas. Ele me deixou lá e falou: é aqui e estou voltando. [...] eles conhecem sabem de tudo.

Neste ponto, cabe assinalar que, apesar de termos acusado a incidência de uma relação positiva entre o papel assumido por este taxista nessa situação específica e as indicações do material teórico sobre o assunto, não estamos apontando que esta relação seja de conivência como apontam alguns autores.

O que notamos é a participação passiva em um processo que a sociedade como um todo contribui para neutralizar. Cada um a seu modo, todos lavam as mãos sobre às razões pelas quais mulheres, crianças e adolescentes passam a fazer parte deste mercado do sexo.

A indiferença com que, simplesmente, se executa funções operacionais que possam dar suporte a possibilidades de emergência de um submundo repleto de conteúdos ilícitos não é questionável nem do ponto de vista jurídico, nem do ponto de vista moral. São apenas ações, que por sua natureza flexível, contribuem para circulação de um universo que é mais ou menos reconhecido pela multidão de cidadãos, mas que, ao mesmo tempo, passa desapercibido como algo de pouca importância.

De acordo com seu relato, dona Judite considerou o lugar bastante simplório, sendo difícil, inclusive, o acesso. Ficou algumas

horas esperando em frente a boate e ninguém aparecia, até que se aproximou uma senhora que a inquiriu se estava a procura de alguém. Respondendo afirmativamente e apresentando-lhe a fotografia de Norma, dona Judite logo se deparou com o momento tão esperado. De fato, era ali mesmo que Norma estava. A mulher que a recebeu era cozinheiro no local e reconheceu a fotografia de Norma de imediato.

A maneira como dona Judite descreve o lugar é enfática quanto à surpresa por encontrar sua filha vivendo em tais condições:

Ela falou: ah, é a Norma, a Norma tá aqui sim. [...] ela é um amor de menina. Ela já tinha bebido. Eu falei: como é que eu vejo ela, como é que falo com ela? Ela falou: não, vamos que eu levo a senhora. Daí me levou para dentro, passando pelos quartinhos que eu via. Os pés de pau que eu via, era pé de pinheiro. O último quarto que tinha lá erro o quarto da Norma, tudo do lado de fora.

As referências acerca do lugar, apesar de breves, já assinalam a condição precária da infra-estrutura. Ao contrário do que se poderia supor como desfecho de um processo de crime organizado envolvendo tráfico de pessoas, o cenário que naquelas circunstâncias se apresentava, suscitava fragilidade e pouca organização.

Como ela descreveu noutros trechos da entrevista, não parecia haver razões para sua filha, bem como as outras moças que ali se encontravam, querer estar naquele lugar. Como ela se referiu “era um fim de mundo”.

O reencontro com Norma despertou comoções mas também a inclusão de um elemento novo, até então desconhecido. Segundo dona Judite relata, ninguém ali sabia que Norma havia fugido, que não havia avisado sua família. A recepção foi estritamente familiar, o Alemão a recebeu com gentilezas e apressou-se a ir até a cidade comprar as coisas para o almoço.

O clima de hospitalidade só assumiu outras feições no momento em que ela disse que foi para buscar sua filha. A partir desse momento, o Alemão demonstrou-se mais nervoso e impaciente, contra-argumentando que Norma já possuía 20 anos e que, portanto, poderia decidir por si mesma.

Referiu-se a Norma como seu braço direito, explicitando que ela tinha a função de gerenciar a lanchonete. Apesar de acompanhar a

conversa, Norma não se pronunciava, estava tomada por uma crise de choro.

Refletindo um pouco mais sobre a condição em que se encontrava dona Judite, mais uma vez, valendo-se da astúcia que a acompanhou em várias ocasiões, preferiu apresentar-se mais amistosamente. Aceitou o convite feito por Alemão de acompanhá-lo até a festa de aniversário de uma de suas filhas e disse que a decisão, de fato, seria de Norma; caso quisesse ficar, seria ela quem iria decidir.

Pontuou, contudo, que seria necessário Norma ir até São Paulo para depor, pois haveria que prestar conta junto uma delegacia, local onde foi registrado queixa de seu desaparecimento:

Daí eu pensei, deixa eu ficar amiga deles, porque eu estou aqui sozinha, distante, e eles podem fazer alguma coisa comigo. Deixa eu ficar um pouco mais calma. Eu falei: não, a Norma vai se ela quiser; se ela quiser voltar, ela volta, mas ela tem que ir lá. Ele ficou mais calmo e foi para a cidade com a Norma. Escuta só, ele tinha a mulher, porque tudo não era com a mulher. Não, tudo era com a Norma. Ele tinha cinco carros, foi para a cidade com a Norma. Ai foram lá, fizeram as compras. A mulher meio de fogo fez o almoço e eu comi lá com eles, fiz amizade com as meninas que estavam lá. Não tinham muitas meninas, só tinha mais três meninas e a melhorzinha da turma era a Norma.

O jogo implícito de táticas de convencimento e disputa apontado por dona Judite parece ser um campo bastante explorado pelo tipo de relação que ele estabelece com as mulheres que trabalham em sua boate. Sem dar indicações de que seu negócio se tratava de uma casa de prostituição, Alemão conservou a referência à lanchonete.

O modo como dona Judite referiu-se a esta ocultação suscitou-nos perguntar mais diretamente se ela tinha conhecimento de alguma vinculação anterior de Norma com o campo da prostituição, pois na medida em que o relato foi progredindo foram surgindo indicativos contraditórios com relação à definição de tráfico que poderia ser construída neste caso particular.

De acordo com o que nos respondeu, Norma só veio a se envolver com a prostituição neste lugar, pois tanto seus horários quanto sua conduta cotidiana eram bastante transparentes, nunca lhe despertando dúvidas quanto a isso.

O fato é que se observarmos de uma maneira mais superficial tenderemos a considerar este caso, também como fazem as autoridades judiciais, como sendo uma forma de inserção autônoma no campo da prostituição, em que a livre opção de Norma a teria levado a esconder de sua família que estaria indo para outro Estado para lá se valor da venda de serviços sexuais.

Esta discussão é certamente uma das mais polêmicas suscitadas por este tipo de caso, mas também pode ser uma das mais esclarecedoras, pois, ao explicitar categorias contraditórias permite refletir sobre a contraditoriedade mesma das definições usuais de tráfico de pessoas para fins de exploração sexual, principalmente por evidenciar o tráfico inclusive como um fenômeno que ocorre mesmo dentro das fronteiras nacionais, pois os vários atos ilícitos que envolvem esse caso referem-se à disposição de submeter essa pessoa a um processo de tráfico que envolve ações com objetivos e estratégias, é possível identificar elementos que nos auxiliam na construção de conceitos multidisciplinares.

Acreditamos que, houve recrutamento, uma vez que a jovem foi localizada em locais que freqüentava habitualmente, inclusive com relatos de sedução, houve custeio de transporte, alojamento e recolha pois tinha um quarto e havia a cobrança da dívida de aparelhos de som e televisores.

Como está previsto no Código Penal no Artigo 229, o tráfico de mulheres é caracterizado mediante as seguintes condições:

Promover ou facilitar a entrada, no território nacional, de mulher que nele venha exercer a prostituição ou a saída de mulher que vá exercê-la no estrangeiro (Código Penal, Art. 229).

Obviamente, a definição expressa no texto da lei é bastante clara e não prevê, o tráfico interno, neste caso exclui-se a possibilidade de uma definição que, a partir de uma perspectiva qualitativa, delimite condições mais flexíveis do que caracteriza o tráfico de mulheres.

Contudo, como o objetivo deste trabalho não se restringe à ratificação do direito estabelecido, mas, pelo contrário, se propõe a questionar as limitações conceituais contidas na definição jurídica, a reflexão sobre o limiar entre simples inserção no campo da prostituição e o tráfico de mulheres pode ser de extrema validade para o enriquecimento desta discussão. Nesse sentido, cabe retomar o problema suscitado pelo material empírico.

Norma teria sido traficada ou simplesmente teria aceitado uma proposta para se prostituir num outro Estado?

Apesar se consolidar como um elemento crucial ao desenvolvimento de uma definição mais competente, esta questão trás consigo toda bagagem retórico que justifica os inúmeros preconceitos e desrespeitos aos direitos das mulheres prostitutas. Como parte dos dados são apenas supostos, não esperamos que a contribuição principal deste trabalho seja contabilizada em termos de respostas, mas quanto a possibilidade de suscitar questões relevantes a respeito desse universo que se estrutura na prostituição, mas explora mais indiscriminadamente a própria condição originariamente ilícita que caracteriza a prostituição.

O fato de Norma ter aceito participar de uma esquema de prostituição por meio de uma decisão previamente esclarecida sobre o tipo de relação a que estaria sujeita, não exclui o fato de haver engodo e coerção na forma como esta relação é manejada por quem possui mais poder, no caso por quem agencia a comercialização do sexo.

Com isso, supomos que o que deve caracterizar o tráfico de mulheres não é, de fato a prostituição, mas tampouco poderíamos aceitar que deveriam estar presentes em cada caso uma seqüência de violações brutais como atualmente prevê a lei:

Por tráfico de pessoas deve entender-se, o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou a recolha de pessoas, pela ameaça de recurso de força ou pelo recurso à força ou outras forma de coação, por rapto, fraude, engano, abuso de autoridade ou de uma situação de vulnerabilidade ou através da oferta ou aceitação de pagamentos ou vantagens para obter consentimento duma pessoa que tenha autoridade sobre a outra, para fins de exploração (Protocolo Adicional art. 2º bis alínea a apud Nogueira Neto).

Portanto, mesmo que estes critérios não estejam contemplados de maneira literal, isto não quer dizer que eles não estejam, de fato, implicados na configuração assumida pelo fenômeno. No caso Norma, como já foi assinalado acima, a forma como passou por este processo impingiu-lhe seqüelas extremamente significativas. Não apenas a coação vivida, como também demonstrou inadaptação frente a possibilidade de retomar sua vida anterior.

Quando sua mãe, driblando o olhar vigilante do dono da boate ou a presença insistente de mais alguém sempre que ela esforçava-se por falar a sós com Norma, finalmente adentrou seu quarto e sugeriu que voltassem, surpreendeu-se, pois, apesar de todo esforço concentrado que fizera até aquele momento, não sentia de Norma o mesmo empenho em criar condições para seu regresso.

Nesta primeira experiência de resgate, sua tentativa foi completamente frustrada, pois, confusa com relação às reais intenções de Norma e coagida pelas estratégias de cerceamento do Alemão, não conseguia ter clareza do modo como proceder. Ao aceitar ir à festa de aniversário da filha do Alemão, para com isso demonstrar certa simpatia e evitar atritos, dona Judite expôs-se ao mecanismo de engodo habilmente manipulado por ele. Como ela supõe, ele conseguiu adiar o momento de levá-las até a rodoviária de modo a que perdessem o único ônibus que poderia servir para que voltassem ainda naquele dia:

Daí ficou certo que oito horas a gente viria embora; de tanto que a Norma já levou as coisas mais necessárias. Eu levei a minha mala porque de lá já iam levar agente na rodoviária para vir embora. Só que, sabe o que aconteceu? Ele enrolou e nós saímos de lá oito e meia da noite, passamos na rodoviária e não tinha mais ônibus. Quer dizer que ele fez de propósito. Já conhecia tudo tá. Eu também já conhecia os horários porque o homem da rodoviária tinha me dado.

Tendo que adiar sua viagem para o dia seguinte, dona Judite deparou-se com uma noite obscura. Assim que chegaram foram para o quarto de Norma onde mais uma vez conversou com ela, explicou-lhe que teria que ir trabalhar e que ela deveria ir junto mesmo que fosse para voltar à mesma vida depois.

A inconsistência das respostas de Norma a deixaram muito incerta sobre até que ponto os a manipulação era externa ou já interiorizada por sua filha. Logo após conversarem, sua filha saiu e não voltou, em seguida apagaram-se todas as luzes e ela ficou a noite toda com a porta fechada a chaves por medo de que algo lhe acontecesse:

Ai quando foi de noite sumiu a Norma. A Norma não dormiu lá e apagaram a luz. Não sei se foi coincidência que acabou a luz, mas ficou tudo escuro e Norma não dormiu lá. Eu estava no quarto dela, fiquei, daí a cozinheira veio, porque ela não mora ali, ela foi lá e falou: dona Judite, a senhora não abre a porta para ninguém, quem

bater a senhora não abre a porta. Nem que seja a Norma a senhora não abre. Ela falou baixinho.

Intrigada com os fatos descritos, mas ao mesmo tempo impulsionada pelos compromissos que não podia mais adiar, no dia seguinte, dona Judite pegou suas coisas e foi embora sem a filha. Ainda ao sair chegou o Alemão dispondo-se a levá-la até a rodoviária. Ela aceitou mas, mais uma vez, ele tentou desviar o caminho e encaminhá-la para um sistema de caronas com caminhoneiros que abastecem num posto de combustível da região.

O modo como se deu esta experiência marcou, definitivamente, uma outra etapa do processo. Mesmo apresentando disposição para retornar para sua família, Norma também apresentava-se presa a certas condições que não eram totalmente compreensíveis.

Passados alguns dias sem que Norma entrasse em comunicação, ela foi à delegacia mas, novamente, encontrou as mesmas limitações. O fato de sua filha já ter 20 anos impossibilitava qualquer ação policial. Mesmo assim, o delegado que a atendeu dispôs-se a ajudar na medida do possível, disse-lhe que lhe forneceria um ofício pedindo que a delegacia da região em que sua filha estava localizada a acompanhasse.

Dona Judite, munida deste documento, dirigiu-se mais uma vez para Santa Catarina, procurou a delegacia local e apresentou-lhe o ofício. A limitação judicial mais uma vez tornou-se o elemento prioritário, pois não há ação possível nestas condições. Segundo os investigadores que a atenderam, eles conhecem o lugar, sabem o que ocorre lá, mas não podem fazer nada. No caso de sua filha se ela tivesse quinze ou dezesseis anos poderiam intervir, mas, como ela tem 20 anos, não há nada a fazer:

Daí o delegado não estava lá, estava fazendo curso, estavam os investigadores. Daí eles atenderam a gente e um deles falou: olha, agente conhece o Franciel o nome de guerra lá é Franciel, sabe o que ele faz, só que a sua filha tem 20 anos, se ela tivesse 15, 16, ainda tinha que ter um pedido,, ter um mandato de São Paulo. Daí eu apresentei o mandato e ele falou o seguinte. Ele sabe até o telefone, ele ligou lá imediatamente e falou com a mulher. Eu disse: o senhor sabe o telefone de lá? Ele disse: sei dona Judite. Ligou lá, a mulher atendeu, ai ele falou assim: eu queria falar com a Norma.

Este exemplo demonstra claramente a perplexidade de dona Judite ao perceber a familiaridade das instâncias policiais com a rede

de prostituição. Como já havíamos argumentado anteriormente, a naturalidade que a prostituição adquiriu em nossa cultura permeia todas as esferas das relações sociais.

Como percebeu que não teria auxílio nenhum da polícia, pediu ao investigador que não deixasse recado para que Norma comparecesse à delegacia para falar com a mãe e o irmão como ele estava encaminhando a conversa, preferiu ela mesma dirigir-se par lá novamente. Chegando lá Norma e o Alemão já os esperavam no portão, ele convidou-os para o café da manhã e demonstrou simpatia. A primeira impressão que Norma lhe causou era a de que estava tomando algum tipo de anabolizante, pois estava com o corpo modificado. Também vestia roupas muito diferentes da que estava acostumada a presenciar; saia muito curta, saltos bastante altos, etc.

Ao conversarem com ela para que fosse embora, Norma disse que não poderia porque estava devendo prestações de aparelhos eletroeletrônicos e roupas que foram comprados para ela. Quando foi questionada pelas razões porque foi parar naquele lugar, ela afirmou que teria ido trabalhar. Até que mais adiante, no decurso da conversa, declarou ter vontade de ir embora, mas teria primeiro que pagar suas dívidas.

Esta situação exemplifica o modo como a prisão constitui muito mais uma situação subjetiva do que uma ameaça externa. Não havia nenhuma segurança naquela boate, não havia ninguém vigiando as moços que ali estavam para que não fugissem, no entanto, o sentimento de dívida para com o Alemão mantinha Norma numa condição de intensa hesitação. A manipulação da dependência parece ser a única forma de cerceamento que ele utilizava. Assumindo a responsabilidade por tudo ele impedia-as de terem atitude própria ou de se desprenderem dele sem dar satisfações.

Pelo que pode ser inferido do relato, o agenciador não era uma pessoa ameaçadora, mas, pelo contrário, paternal e acolhedor. Utilizava de um jogo de sedução para mantê-las sob controle e a dependência, inclusive pelo fato de fazer dívidas para elas pagarem, para mantê-las impossibilitadas de simplesmente se afastarem.

É, mais eu acho que, também, ali dependia tudo dele. Porque lá não tem um bar, uma farmácia, um telefone, não tem nada. Tudo é na cidade vizinha, se elas queriam ir para cidade comprar alguma coisa, ele mandava o motorista levar, então, eu acho que fugir ali tinha que

ser por meio de uma pessoa conhecida que fosse ali, porque os caminhoneiros não iam para ali, naqueles matos, não iam.

Além dos fatores subjetivos indicados, a condição de isolamento impedia qualquer estratégia de fuga que ignorasse a negociação, portanto, apesar de pouco visíveis, a recolha e a coação estavam presentes o tempo todo na condição de Norma, porém a materialidade da constrição e do engodo ficavam difíceis de serem provadas isentando-se de culpa os envolvidos, que estavam encobertos por um aparente consentimento.

A interiorização dos mecanismos de coação experimentados por Norma como um cárcere subjetivo apresenta grande significação no que se refere ao processo de readaptação às atividades que realizava anteriormente. Assim que retornou definitivamente para a casa de sua mãe, isolou-se por completo do contato com outras pessoas, passava a maior parte do tempo fechada em seu quarto. Tornou-se mais hostil e agressiva com sua mãe e seu irmão, impedindo-os, inclusive, de manipularem os aparelhos de TV e som.

Em termos gerais, sua atitude parece repetir a condição a que esteve exposta por tanto tempo: isolado em seu quarto sob a coação do olhar que a vigia só pode exercer alguma autonomia por meio da posse dos objetos que lhe serviram de aspiração. Foram precisamente eletro-eletrônicos como estes, os quais não conseguiu trazer pois teve que fugir, que justificaram sua dependência e minaram suas resistências subjetivas.

Agora, como uma extensão do que foi vivido, é a posse deles que permite a readaptação, no entanto esses elementos afetivos não estão sendo elaborados, essa jovem permanece vulnerável e à mercê da situação que foi gerada, estando submetida ao silêncio compulsório, pois não houve qualquer tipo de responsabilização imposta aos responsáveis, uma vez que do ponto de vista jurídico todo esse fenômeno está caracterizado como um caso de desaparecimento que foi solucionado com o retorno da pessoa ao antigo lar.

Considerações Finais

Nossa pesquisa empírica sobre o fenômeno do tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual na região sudeste permitiu o acesso a muitos aspectos extremamente

relevantes acerca de desdobramentos menos evidentes do fenômeno, principalmente ao considerarmos a forma de se processar em regiões metropolitanas diversificadas socio-culturalmente como o são Rio de Janeiro e São Paulo.

A caracterização desse fenômeno é complexa e vai se dificultando devido à constituição de uma rede de facilitação que se baseia no suposto consentimento da vítima, no entanto uma abordagem que toma a pessoa envolvida apenas em seu aspecto de vítima também é limitador e dificulta o entendimento e enfrentamento de seu processo.

Ao considerar essas perspectivas poderíamos afirmar que nossa pesquisa permitiu superar alguns desses aspectos, com isso o tráfico de pessoas para exploração sexual comercial passa a ser um fenômeno com mais visibilidade, com possibilidades de maiores explicações.

Procuramos superar as dificuldades decorrentes da complexidade, com uma análise dos dados levantados, sendo que os mais significativos foram aqueles que surgiram a partir de nossas intervenções junto a organizações não-governamentais e junto ao estudo de caso realizado, estamos convictos que os resultados obtidos podem respaldar as diretrizes de enfrentamento.

Procuramos nos focar na ação do traficante, interpretando suas estratégias de violência física e psicológica, de coação, indução e força de coerção, pois essa ação ilícita possui aspectos afetivos que são relevantes, sobretudo para a responsabilização da ação delituosa, atualmente encoberta em outras formas de delito.

O que mais nos chamou atenção, foi a ligação pura e direta com aspectos estigmatizantes da prostituição, ou seja, o delito é reforçado pelo preconceito e moralismo e o resultado é uma escassez de dados específicos, os quais contribuem para legitimar uma concepção deturpada dos elementos que estão verdadeiramente implicados no fenômeno.

As dificuldades e limitações objetivas, principalmente, quanto ao acesso aos aspectos jurídicos, bem como às demais sutilezas do problema, podem apontar para um tipo de enfrentamento possível, e o mesmo precisa ter a visibilidade do problema e o rompimento do silêncio como pontos de partida.

Trata-se de divulgar as informações e reflexões levantadas pela pesquisa, para que a sociedade note a importância de potencializar-

mos uma rede de proteção que venha fazer frente à rede de favorecimento e facilitação atualmente constituída.

Cabe reconhecer as dificuldades da abordagem e compreensão do fenômeno e apoiar-se nas possibilidades que seu reconhecimento proporciona, evitando-se tanto o imobilismo como o ativismo desorientado.

Esta rede de proteção poderá ser potencializada, ao partir-se de uma capacitação de agentes multiplicadores, aptos a protagonizar práticas adequadas ao enfrentamento desta modalidade de tráfico.

O empenho em promover essas ações em nossa região, também se faz necessário por estarmos trabalhando com a hipótese de que o enfrentamento da questão em São Paulo potencializa ações de enfrentamento a serem realizadas nas demais regiões do país, sobretudo devido à sua estrutura privilegiada de maior centro econômico do país, que além de integrar uma rota facilitadora que dá vazão ao tráfico internacional, também reúne condições favoráveis a outros delitos que se relacionam com a exploração sexual, principalmente por se constituir como um polo consumidor extremamente atrativo ao tráfico que se pratica dentro das fronteiras de nosso país.

Ao realçarmos a complexidade do fenômeno, também lançamos um questionamento em relação à forma mais adequada de abordagem do problema, indo além dos aspectos de visibilidade e de enfrentamento e propondo a formulação de políticas públicas menos estigmatizantes e negligentes.

Também notamos em nossa pesquisa uma acentuada dificuldade de precisar o fenômeno do tráfico devido, não apenas à complexidade do objeto, mas, principalmente, a inacessibilidade dos dados os quais superam até o seu encobrimento sob a forma de outros delitos.

Nesse sentido, a implementação de políticas públicas deve considerar também a qualificação dos mecanismos de notificação de delitos e a interface do tráfico com questões sociais mais amplas.

Em última instância, caberia ao gestor não restringir as ações possíveis somente à intervenção no campo jurídico, mas também investir em outras ações que possibilitem abordar aspectos qualitativos do fenômeno.